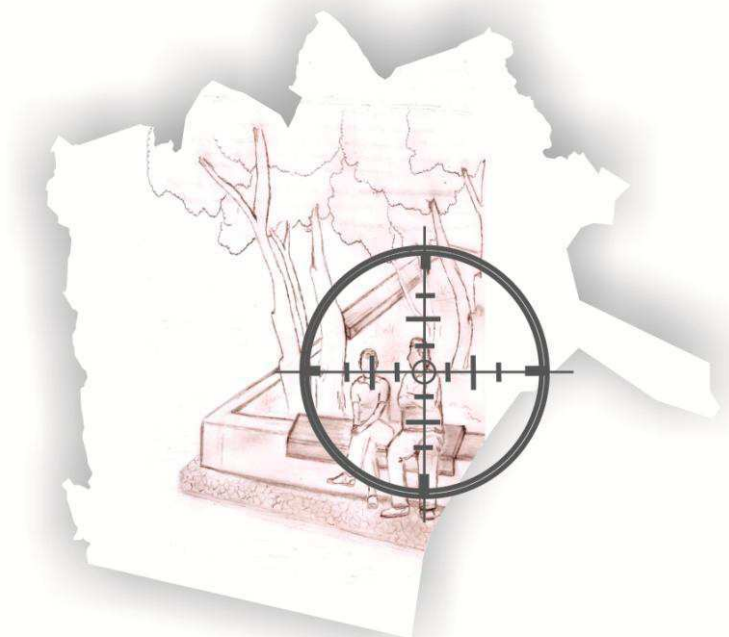




UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCEG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE GEOGRAFIA

SÂMARA IRIS DE LIMA SANTOS

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICAS DAS PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS EM
ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE – PB: O caso das Praças da
Bandeira e Clementino Procópio entre os anos de 2010 à 2013.**



CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO/ 2013

A figura apresentada na capa busca evidenciar uma síntese dos objetivos propostos nesta pesquisa. A representação do mapa vazado da cidade de Campina Grande, com ausência de representação de seu espaço físico, evoca a ausência de planejamento na produção da cidade. Apesar disso, as pessoas mesmo sem perceber que dia- a – dia se tornam alvo de diferentes práticas de violência ainda encontram nos ambientes públicos o espaço da espontaneidade e das praticas cotidianas.

Autoria da figura: SANTOS, Sâmara; SOUZA, Júnior, 2013.

SÂMARA IRIS DE LIMA SANTOS

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS EM
ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO DE CAMPINA GRANDE- PB: O caso das Praças
da Bandeira e Clementino Procópio entre os anos de 2010 à 2013.**

Orientador: Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Junior

Monografia apresentada à comissão examinadora da
Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade
Federal de Campina Grande, como requisito para
obtenção do grau de Licenciada em Geografia

Campina Grande – PB
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237a

Santos, Sâmara Íris de Lima.

Uma análise geográfica das práticas socioterritoriais em espaços públicos do centro de Campina Grande – PB: o caso das praças da Bandeira e Clementino Procópio entre os anos de 2010 a 2013. -- 2013.

84 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

"Orientação: Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana Souza Junior".
Referências.

1. Violência. 2. Espaços Públicos. 3. Práticas Territoriais. I. Souza Junior, Xisto Serafim de Santana. II. Título.

CDU 908:311.485.2(813.3)(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFPG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - CGEO

BANCA EXAMINADORA DE: SÂMARA ÍRIS DE LIMA SANTOS

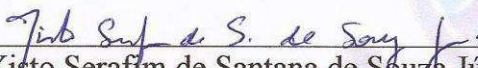
TÍTULO: A INTERFERÊNCIA DA VIOLÊNCIA NO USO E NA
REPRODUÇÃO DE PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS EM
ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE - PB

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO


MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Curso de Licenciatura em Geografia

Campina Grande (PB), 13 de setembro de 2013.


Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior (UFPG) (orientador)


Profa. Dra. Martha Priscila Bezerra Pereira (UFPG) (examinador)


Prof. Me. Anderson Alves dos Santos (UFPB) (examinador)

Universidade Federal de Campina Grande
Rua Aprígio Veloso, 882, Cidade Universitária
Campina Grande-PB, 58429-140. Bloco BC 2. Telef. da UAG: 83. 2101 - 1722

*Dedico este trabalho a Deus, por ter me
presenteado com sabedoria e graça ao
longo de toda minha trajetória
acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

Ao longo de nossa trajetória acadêmica percebemos, desde o primeiro dia de aula, quando ainda a Universidade é sinônimo de um espaço estranho, a dificuldade que temos em construir caminhos para o futuro profissional, sem comprometermos os valores adquiridos com os entes queridos, especialmente no que se refere ao caráter e a ética. Também percebemos como é difícil enfrentar as inúmeras situações que são colocadas diariamente, porém conseguimos visualizar as maravilhas que conseguimos vencer, com fé, humildade e garra, sempre nos colocando em posição de aprendizado.

Diante de tudo que vivenciei, levando em consideração também minha vida e meu passado, coloco tudo o que conquistei como bênçãos de Deus e respostas de Seu amor incondicional por minha vida e de minha família. Deus me presenteou com sua paz e sabedoria para que eu conseguisse passar pelos momentos difíceis. Durante o curso jamais me faltou nada, tanto financeiramente, emocionalmente ou nos períodos em que precisava de sabedoria e ajuda para as atividades do curso. Assim, agradeço sobretudo a Deus pelas conquistas alcançadas, pelos prêmios obtidos, por ter me presenteado com pessoas que me ajudaram durante o curso ao tempo em que rogo para que ele se mantenha ao meu lado para que eu possa superar os desafios que virão.

Ao professor Xisto Souza Júnior, por ter acreditado em meu potencial e ter dedicado inúmeras horas de sua vida e ter aceitado me orientar ao longo desses últimos três anos, tanto nas pesquisas científicas da universidade, como nos trabalhos acadêmicos e agora no meu trabalho de conclusão de curso. A sua postura enquanto profissional, engajado sempre com a ética e a responsabilidade em seus trabalhos. Através de sua dedicação, aprendi a analisar, investigar e a pesquisar, me tornando não apenas uma aluna, mas uma agente de transformação, pois pude compreender a importância que uma pesquisa pode fornecer a sociedade, trazendo respostas para os problemas diversos. Desde já, posso dizer, meu muito obrigada professor!

Por conseguinte, não poderia deixar de agradecer ao CNPq, pois durante dois mantive como bolsista de iniciação científica (PIBIC) e através dessa conquista direcionei para aquilo que eu gostaria de estudar durante os próximos anos de minha vida. Foi também através das pesquisas, que pude chegar a essa pesquisa de conclusão de curso. Além disso, pude obter duas premiações: o Prêmio Jovem Cientista, o qual tive a honra de ser a primeira estudante de Geografia no Brasil a obter esta premiação, e, um ano depois, o Prêmio de Iniciação Científica da UFCG, o qual expressa o reconhecimento de toda a dedicação dispensada ao longo desse período e através do qual pude construir meu currículo.

Manifesto meus agradecimentos a todos os órgãos que forneceram ao longo desses anos, informações importantes para que eu pudesse concretizar minhas pesquisas. Especialmente a

SEPLAN, IDEME, IBGE, Polícia Civil de Campina Grande, Associação comercial de Campina Grande e a STTP. Estendo meus agradecimentos também, aos que contribuíram para as entrevistas e questionários, principalmente para a obtenção dessa pesquisa: o Delegado de Polícia Civil, pastor e comerciante da cidade.

Segue meus agradecimentos aos colegas do grupo de pesquisas (GIDS), principalmente os que fazem parte da linha do GDURB, pelo carinho e ajuda na construção de minhas pesquisas, em especial aqueles que foram também colegas de turma: Polyanna Priscilla, por sempre estar presente me ajudando nos trabalhos e nas dificuldades enfrentadas, inclusive nos trabalhos de campo; a Denis Claudio, Lázaro Avelino, Antonio Cardoso, por terem contribuído tanto nos meus trabalhos acadêmicos, quanto nas provas, debatendo os conteúdos e fazendo também parte dos dias mais complicados.

Estendo meus agradecimentos aos docentes da UFCG do curso de Geografia pelo apoio e estímulo ao longo do curso. Em especial, agradeço a professora Martha Priscila, por todo apoio e incentivo, sempre me ajudando inclusive através de conversas informais a compreender melhor as dúvidas pertinentes a pesquisa, também por ter me incentivado a sempre melhorar e ter compartilhado várias alegrias, mostrando-se sempre feliz com meu crescimento. As professoras Débora Coelho e Aline Barboza, por terem sempre se demonstrado solícitas a conversarem e me incentivarem. Ao professor Zenon e Sérgio Malta, pelo apoio de sempre. Estendo meus agradecimentos a Marcelo (funcionário do departamento de Geografia), por toda ajuda concedida. Em síntese, agradeço a todos os meus professores, até aqueles que não fazem parte do departamento de Geografia porque me influenciaram, ensinaram e fortaleceram. ... laços profissionais e pela contribuição na consolidação do Curso de Geografia.

Agradeço também aos meus colegas de curso, especialmente aos que sempre se disponibilizaram a compartilhar o conhecimento e ajuda durante os momentos difíceis. Em especial agradeço aos meus colegas de grupo nos estudos e trabalhos.

Não poderia deixar de agradecer também a todas as pessoas que estiveram ao meu lado e dando força durante todo esse tempo, muitos mesmo a distância, tiveram importância crucial para meu desenvolvimento, enquanto pessoa e profissional. Primeiramente agradeço a Petrus Cabral, por todo seu carinho desde o dia em que escolhi fazer vestibular, nos dias difíceis, por ter acreditado em mim e ajudado a crescer como uma profissional dedicada. E por todos os dias em que compartilhou de minhas alegrias e vitórias, elas são conquistas suas também. Estendo também meus agradecimentos aos seus pais Angela Cabral e Marcos Cabral pelas inúmeras palavras de força. A minha querida amiga Shenna Derek pela sua simplicidade e carinho. A dona Ivete e Sônia Nogueira, por ter me ajudado várias vezes. Igualmente aos pastores da Igreja Congregacional Central, principalmente ao pastor Samuel Veras, por ter ministrado palavras de Deus para o meu coração e toda sua alegria.

Agradeço agora aos meus entes queridos por terem me suportado em momentos difíceis durante o curso, dando-me o ombro de apoio, acolhendo minhas lágrimas e rindo junto em momentos alegres. Em especial, agradeço a minha família, todos aqueles que fazem parte de meu dia- a- dia, incentivando-me e ajudando em todas as dificuldades. Porém primeiramente agradeço a minha mãe (Sebastiana Fernandes Santos), pois foi à benção de Deus que me trouxe a vida e até hoje cuida de mim com total empenho, negando muitas vezes a si mesma, para que eu possa conquistar meus sonhos. Saiba que sem você eu não poderia e nem seria nada. Obrigada por todo seu amor. Deixo aqui registrado nesse trabalho que, sendo o primeiro, se torna único, a consideração e reconhecimento de que você é uma de minhas inspirações. Mãe, sou grata por sua garra, perseverança, humildade e caráter. Todos os dias ruins e bons você sempre esteve ao meu lado, fez de tudo para que eu pudesse viver apenas para os estudos, ajudando-me a tornar uma aluna dedicada ao desafio que Deus me apresentou e ao qual, modestamente, penso ter correspondido, apesar de minhas limitações... É por você principalmente que sonho e busco conquistar o melhor. Estendo meus agradecimentos a minha irmã Renata Kelly, por toda alegria em minhas vitórias, meu pai, aos meus familiares por parte de mãe, especialmente a minhas tias (Alian, Vera, Francisca, Maria e Graça) por todo cari apoio, inclusive financeiramente. Essa conquista também pertence a cada uma de vocês, que tanto prezam para que nós (filhos e sobrinhos) possamos crescer, tendo em vista, os dias de luta e dificuldades que viveram. A minha família por parte de meu pai, minha avó Eulália, tios, em especial a Rossana Karla e Kleber, pois me incentivaram e me ajudaram muito. Não poderia me esquecer de agradecer, em memória, ao meu avô Inácio Lourenço, pois apesar de sua ausência sempre o tive como exemplo de moral, ética e amor pelos estudos. Apesar de não estar presente nesse momento, me recordo do quanto valorizava tudo que eu fazia e a sua alegria se estivesse vendo o que consegui me tornar. Agradeço a ele com todo amor, pois ele me ensinou que nenhum sonho é impossível.

Por último, agradeço a todos, amigos, colegas etc, que, embora não tenham sido nomeados nesta descrição, participaram de bons momentos de alegrias e tristezas; certezas e incertezas, sendo todos muito importantes para que eu chegasse a esta fase derradeira do curso. Desde já, sinceras desculpas por não nomear a cada um, pois acarretaria no risco de ser vítima de minha memória e acabar esquecendo o nome de alguém.

RESUMO

Os espaços públicos das cidades atualmente têm sofrido processos significativos de reestruturação tanto em seus aspectos materiais como nas relações imateriais efetivadas pelos cidadãos. Esse cenário propagou-se, sobretudo, a partir do momento em que os moradores passaram a vivenciar relações sociais cada vez mais complexas, entre as quais se destaca o aumento do adensamento populacional e o conseqüente processo de segregação socioespacial, evidenciados no cotidiano urbano, especialmente nos países capitalistas. Emerge em meio a este contexto o aumento das práticas de violência, as quais, em poucas décadas, têm se tornado um dos principais pontos de discussão para os gestores dos ambientes urbanos. A pesquisa ora apresentada busca, portanto, analisar as conseqüências espaciais das práticas de violência no uso dos espaços públicos na área central de Campina Grande tendo sido selecionados a Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio por se configurarem como espaços em que se evidenciam múltiplas intencionalidades. O procedimento analítico está estruturado na pesquisa qualiquantitativa (análise de dados oficiais e realização de entrevistas com grupo focal) tendo como perspectiva observar os efeitos das ações de violência no processo de produção, redefinição do uso desses espaços.

Palavras-chave: violência, espaços públicos, práticas territoriais.

ABSTRACT

Nowadays, the public spaces in the cities have been suffering significant restructuring processes, both in its material aspects and the immaterial relations effected by the citizens. This scenery has been diffused, especially from the moment the citizens started experiencing social relations more and more complex, among which stands out the increase in the population density and consequently a sociospatial process of segregation, evidenced in the urban routine, especially in the capitalists countries. The increase in the violence practices emerges in these contexts, which, in some decades, have become one of the most important discussion theme to the managers of the urban areas. This research intends to analyse the special consequences of the violence practices in the use of public spaces in the central area of Campina Grande, and there were selected Bandeira Square and Clementino Procópio Square, once they were shaped as spaces that evidenced multiple intentions. The analytic procedure is structured in the quali-quantitative research (application of questionnaires, official data analysis and interviews with focus group) having as a perspective observe the effects of the actions of the violence in the process of production and redefinition of these spaces.

Keywords: violence, public spaces, territorial practices.

MAPAS

01	Localização dos espaços públicos da Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira no bairro do Centro de Campina Grande.....	54
----	--	----

FIGURAS

01	Contradições da ocupação urbana ao longo dos tempos.....	40
02 e 03	Manifestações populares nas praças	50

TABELAS

01	Elaborada com base na entrevista com grupo focal.....	31
02	Relação de Homicídios do ano de 2008 à 2011.....	61
03	Relação das ocorrências de Tráfico de drogas.....	62

FOTOS

01 e 02	Entrevista com grupo focal.....	28
03	Contradições da ocupação urbana ao longo dos tempos.....	40
04 e 05	Praças da Bandeira e Clementino Procópio.....	44
06, 07 e 08	Realização de um movimento grevista e uma ação social na P. Bandeira.....	50
09, 10 e 11	Modificações nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio.....	55
12	Permanência de símbolos políticos na Praça da Bandeira	56
13, 14, 15 e 16	Empreendimentos comerciais e serviços públicos de transporte nas praças.....	57
17 e 18	Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira.....	63
19, 20 e 21	Representação das práticas socioterritoriais que persistem nos espaços públicos.....	66

APÊNDICE

1 e 2	Entrevista com grupo focal.....	73
-------	---------------------------------	----

SUMÁRIO

Lista de mapas, figuras, tabelas, fotos e apêndice.....	12-
	13
Índice.....	15
Introdução.....	16
Capítulo 01.....	20
Capítulo 02.....	33
Capítulo 03.....	46
Capítulo 04.....	59
Considerações finais.....	69
Referências.....	70
Apêndice.....	73

ÍNDICE

1. Introdução.....	16
2. CAMINHOS PERCORRIDOS A PARTIR DO APORTE DA PESQUISA QUALITATIVA: Uma análise a partir do método.....	20
3. DA ANÁLISE SOCIOESPACIAL PARA O ENTENDIMENTO DAS PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS.....	33
3.1. Da produção do espaço ao direito à cidade: A proposta de uma reflexão.....	39
4. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A praça como expressão das relações socioespaciais.....	46
5. AS RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NAS PRAÇAS DA BANDEIRA E CLEMENTINO PROCÓPIO: Uma análise a partir das práticas de violência.....	59
5. Considerações finais.....	69
6. Referências.....	70

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste trabalho de Conclusão de Curso não se deu por acaso tendo sido fruto das experiências obtidas enquanto estudante de Iniciação Científica, ao longo de dois anos, e nas participações em debates com o Grupo de Pesquisas GIDs. A definição dos caminhos percorridos e o envolvimento com a problemática proposta foram, portanto, fruto das inquietações surgidas nos diversos encontros do grupo e nas reuniões de orientação.

Contudo, analisando com mais acuidade, o envolvimento com o tema precede estes momentos de reuniões na medida em que pude acompanhar no âmbito familiar, através das atividades profissionais do meu avô, o debate relacionado a violência na cidade de Campina Grande, no qual pude perceber a relação direta deste evento no espaço urbano com as noções de escala – sendo uma realidade presente em vários municípios brasileiros e também no mundo, bem como a noção de território quando ao longo do tempo pude perceber que a complexidade das relações cotidianas é equivalente aos efeitos da violência no cotidiano urbano.

Além disso, a partir da trajetória desenvolvida, pude compreender que a violência urbana se trata de um fenômeno complexo, que demanda de políticas públicas preventivas para ser combatido, uma vez que no urbano, passa a distanciar as relações socioterritoriais e socioespaciais dos habitantes com a cidade. A partir disso, tanto a cidade como os espaços públicos, começam a se apresentar como ambientes que refletem o medo e a insegurança, favorecendo a não sustentabilidade urbana, acarretando por sua vez, a degradação material e imaterial do urbano.

Antes mesmo do conhecimento científico dessas noções obtidas ao longo da graduação, as noções de território e espaço estiveram sempre presentes nas minhas angústias e curiosidades, fato este que tenha favoreceu o envolvimento com as pesquisas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, cujas leituras e investigações proporcionaram o entendimento da violência como um evento que na atualidade tem se constituído como um dos principais problemas discutidos e enfatizados em cenário mundial, por influenciar no cotidiano da sociedade, especialmente nos espaços urbanos aonde encontra sua maior difusão. Tal fenômeno envolve uma série de problemáticas e dilemas uma vez que interfere tanto na mobilidade dos habitantes como também na difusão de práticas espaciais que definem a identidade socioespacial dos cidadãos.

A cidade que emerge pós-revolução industrial segue no crescimento constante tendo como base o movimento da globalização e a economia neoliberal. O fato é que, a partir do desenvolvimento da técnica, a virtualidade evidenciada nos espaços urbanos começou a conferir novos usos a estes, à medida que as relações entre as pessoas passaram a ser substituídas, especialmente em decorrência das rotinas aceleradas. Com isto, as relações dos habitantes com e no lugar, vão se modificando e redefinindo as práticas socioterritoriais (CARLOS, 2004), as quais são entendidas aqui como ações que interferem na mobilidade e apropriação dos espaços.

O espaço urbano passou na atualidade, a ser objeto manipulável do marketing territorial esboçado pelo mercado. Neste contexto, o habitante da cidade possui o valor de sua localização no território estando ciente de que o lugar em que habita poderá ou não trazer os bens e serviços que lhe são devidos. A inexistência de serviços, aliados a falta de mobilidade e acessibilidade fornece aos habitantes limitações quanto ao uso dos espaços, acarretando as desigualdades no ambiente urbano.

É nessa cidade do estranho e do virtual em que, baseados na alienação quanto ao uso dos espaços, são observados os novos modos de vida da sociedade. A cidade analisada por Lefebvre (2001), que até então era tida como obra e contemplada como tal, passa a ser vivida superficialmente enclausurada por muros e formas de proteção. O principal motivo decorre especialmente do aumento da violência, não apenas o seu resultado material, mas, seu sentido imaterial (sentimentos de medo e insegurança) que interfere na vida social.

De fato, a violência passa a influenciar o cotidiano do cidadão de tal modo, que suas práticas espaciais começam a ser delimitadas no espaço urbano. Os sentimentos de medo e terror acabam interferindo no psicológico do indivíduo, provocando ações de repulsa quanto a determinados lugares e horários de uso, reproduzindo assim, novos códigos territoriais para o mesmo.

Observando-se a atual dinâmica urbana da cidade, percebe-se que esta passou a ser concebida para uma minoria da população capaz de comprar as áreas com mais equipamentos. O mercado territorial começa a se apoiar nos problemas presentes no espaço urbano e passam a reproduzir e vender modelos globais, principalmente locais dotados de segurança e infraestrutura necessárias para que parcelas da sociedade, possam manter-se enclausuradas por muros de proteção. São portanto, modelos de condomínios e espaços semi-públicos que apresentam infraestrutura necessária para que os usuários não necessitem sair para a “cidade de fora”, mantendo assim, padrões de segregação. O espaço urbano contemporâneo passa, portanto, a ser palco do risco diário, o que influencia nas reproduções de práticas e sensações de insegurança, acarretando distanciamento quanto ao uso e contemplação.

Conforme o mapa do Instituto Sangari (2012), o fenômeno da violência no Brasil passou a ser caracterizado como uma disseminação da violência, deixando de ser exclusiva das capitais adentrando no interior dos estados. O perfil da violência no Brasil mudou, uma vez que cidades tradicionalmente com mais índices de criminalidade, ao investirem em tecnologias, obtiveram uma redução nos índices de violência, ao tempo em que outras que não possuíam tantos registros, passaram a sofrer com o aumento da violência.

No âmbito urbano, os espaços públicos emergem como palco das relações socioterritoriais promovidas por diferentes segmentos da sociedade, entre os quais destacamos a própria gestão municipal, responsável pelo planejamento e ordenamento urbano, e setores da

sociedade civil organizada que se apropriam dos espaços dotando estes de novas intencionalidades e valores de uso e troca.

No caso de Campina Grande, conforme pesquisa anteriormente desenvolvida (SANTOS, 2011), através do aporte fornecido por pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisas Integradas em desenvolvimento Socioterritorial (GIDs), a dialética entre valores de uso x valores de troca e produção x apropriação, assim como a relação entre público e privado, se tornam bem evidenciadas nas praças públicas.

Foi com base neste quadro de referência que nos colocamos ao desafio de entender as práticas socioespaciais de uma sociedade e a influência da violência na sua reprodução, tendo como local objeto de estudo a praça da bandeira e a praça Clementino Procópio devido a relevância de ambas para o contexto de ordenamento urbano da cidade.

A pesquisa ora apresentada foi pensada no sentido de aproximar promover o debate sobre o futuro desses espaços diante das práticas socioespaciais que influenciam em seu processo de apropriação e produção. Para isto, além da introdução e considerações finais, o trabalho está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo (Desvendando método para se chegar aos procedimentos: Caminhos percorridos pela pesquisa qualitativa) aborda a relação do método científico para se chegar aos procedimentos metodológicos. Através de um resgate sobre o desenvolvimento da ciência, chegando a escala de definição dos procedimentos quantitativos e qualitativos. Nesse momento houve a necessidade de conceituar o uso da metodologia qualitativa para apreender a totalidade e complexidade da interferência da violência na reprodução de práticas socioespaciais.

A segunda parte intitulada: A produção socioespacial: Uma revisão teórico- conceitual é destinada a discutir sobre a produção do espaço urbano, levando em consideração duas categorias geográficas (espaço e território) que mais interferem nesse processo. Além disso, foram discutidos conceitos e problemáticas da violência e sua influência no direito à cidade, Como também houve a necessidade de identificar a produção do espaço urbano de Campina Grande.

No terceiro capítulo (Entre o público e o privado: A praça como expressão das relações socioespaciais) foi analisado as relações entre o espaço público e o espaço privado, principalmente a partir das concepções de praça pública, devido os objetos de estudo (Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira). Do mesmo modo, foram identificados como os espaços públicos na atualidade tem se modificado em decorrência da violência. Por fim, como subtópico, serão apresentados os resultados obtidos através da análise de discurso e dos resultados obtidos através das pesquisas de iniciação científica (2010- 2012) aos quais apontaram o Centro e o Catolé como bairros com maiores índices de violência no contexto de Campina Grande, além das análises obtidas através de questionários e entrevistas, sobre a

influência da violência nos espaços públicos (Praça da Bandeira e Clementino Procópio), assim, levando em consideração a interferência da violência em Campina Grande na redução e reprodução de práticas socioespaciais e socioterritoriais nestes ambientes de uso e acesso públicos.

Com base nos debates e resultados obtidos, propomos, portanto, um trabalho que possa não apenas fornecer bases teóricas e conceituais, mas que disponibilize respostas para o poder público e sociedade civil, de como a violência tende a transformar o uso dos espaços públicos.

Capítulo 01

CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA QUALITATIVA: Uma análise a partir do método.

“A ciência desconfia da veracidade de nossas certezas, de nossa adesão imediata às coisas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. Por isso, onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê problemas e obstáculos” (CHAUI, 2002, p. 214).

Ao longo do tempo o homem passou a sentir a necessidade de buscar respostas para identificar o mundo a sua volta. A incessante necessidade de reconhecer os fenômenos gerou também a descoberta do pensamento científico. O pensar para além do mero senso comum figurado no pensamento religioso, onde tudo era aplicado à fé começou a ser questionado e o uso da razão passou a sobressair a partir do uso da lógica, tendo no discurso do método expresso pelo filósofo René Descartes em contraposição a filosofia escolástica da época (WATANABE; SOARES, 2011), eclodindo o subjetivismo idealista e racional ao duvidar das questões dogmáticas (SPÓSITO, 2004). Não demorou muito para que o homem passasse a criar meios e caminhos de pesquisa, partindo da necessidade de racionalizar a realidade vivenciada. Com isso, a investigação científica começou a ser delineada com a criação de caminhos científicos para responder as hipóteses e indagações criadas a partir dos problemas identificados.

Apesar de ter sido fruto de amplos processos históricos, a ciência começou a se desenvolver e a criar possibilidades de resolução dos mais diversos problemas e enigmas da humanidade, tornando-se um “produto histórico e social, resultante de um esforço coletivo por busca metódica das explicações causais dos fatos ou da compreensão exaustiva da realidade” (CHIZZOTTI, 2006, p. 19).

Com o desenvolvimento da ciência, veio também a necessidade de afirmação e a busca por modelos que contribuíssem na análise e construção de caminhos para além do senso comum. Assim, se desenvolve a pesquisa científica, partindo como ponto crucial no processo de investigação e produção científica, a qual se torna a linha e a chave para a construção do saber científico, tornando-se contrária as reproduções e explicações que são repassadas de geração para geração.

Nesse contexto, a ciência começa a se moldar e se estruturar a partir de vários momentos históricos. Chizzoti (2006) relata que a pesquisa científica seria diferenciada “pelo esforço sistemático de critérios claros, explícitos e estruturados, com teoria, método e linguagem adequada e explicar ou compreender os dados encontrados, para orientar a natureza ou atividades humanas”. Assim, a partir de determinadas teorias, modelos e posturas, a investigação científica passa a ser um o caminho para delinear os trabalhos científicos, distinguindo-os do mero senso comum.

Outro fator importante na ciência diz respeito ao paradigma, o qual serve como modelo, ou seja, uma espécie de principio, teoria ou conhecimento delineado a partir de um campo científico ao longo da história. Sposito (2001, p. 100) analisa que o “paradigma se define, em termos gerais, pelo conjunto de ideias, teorias e doutrinas, construído com a intermediação do método, que caracterizam uma tendência científica”.

Entretanto, considerando que a ciência se configura como um campo inacabado, onde várias teorias se confrontam, os paradigmas também podem ser “quebrados” e reestruturados segundo novas pesquisas. Diante disso, com o passar do tempo, partindo de cada grupo, os

paradigmas acabaram sendo modificados a partir de novas colocações para a estruturação da pesquisa científica, através da qual cada autor compreende os caminhos a serem percorridos, a partir de investigações, mediante o modo como analisa que a realidade possa ser analisada. Desta forma, o pesquisador através de metodologias, pressupostos epistemológicos etc, acaba assumindo o posicionamento que delineará a pesquisa, mediante os resultados que busca obter.

A pesquisa científica necessita de caminhos para que se possam construir os artifícios que a considerem produto de um pensar racional, os quais estão expressos nos diferentes métodos científicos que ao longo da história foram firmados, levando o pesquisador para além da subjetividade produto do senso comum. Desse modo, para buscar as respostas científicas emerge então a necessidade do uso de metodologias, ou seja, determinados princípios que servem como a ponte entre o pensar “comum” e a realidade do científica do objeto estudado.

“A ciência distingue-se do senso comum porque este é uma opinião baseada em hábitos, preconceitos, tradições cristalizadas, enquanto a primeira baseia-se em pesquisas, investigações metódicas e sistemáticas e na exigência de que as teorias sejam internamente coerentes e digam a verdade sobre a realidade. A ciência é *conhecimento* que resulta de um trabalho racional” (CHAUÍ, 2005, p. 220).

A pesquisa científica está, portanto, sustentada em métodos que delineiam os caminhos a serem percorridos pelo pesquisador, justamente para distinguir aquilo que é próprio do cotidiano daquilo que provém de um pensamento rigoroso a respeito dos fenômenos a partir de uma série de indagações e realizações de procedimentos a fim de se chegar a totalidade de compreensão do objeto estudado.

Neste sentido, conforme as palavras da autora Gressler (2004) a pesquisa científica passa a entrelaçar o método de tal forma que ambos tornam-se integrantes de um mesmo processo. É o método científico que orienta os passos para a precisão e validade dos resultados da pesquisa. Desse modo, verifica-se a suma importância que o método imprimiu sob a pesquisa científica, aliando- a e favorecendo a mesma o rigor necessário para contrapor ao saber comum passado culturalmente e socialmente pelos grupos.

O método para Gressler (2004) é como uma sucessão de passos, estruturados com a finalidade de imprimir validade aos resultados da pesquisa. Seria, portanto, formado por conceitos, hipóteses, observação e medidas da realidade. Entretanto, para autores como Spósito (2004), o método vai além de um conjunto de procedimentos e regras definidas matematicamente, na verdade os métodos são adequáveis a intencionalidade dos investigadores diante dos problemas.

O método científico enquadra-se, assim, em um conjunto de atos e atividades ordenadas que visam um objetivo, ou seja, um conjunto de princípios e procedimentos que fundamentaria o rigor científico para o pesquisador e que é enquadrado diante da necessidade e do que se pretende estudar. Assim, o método vai além dos procedimentos finais metodológicos,

sendo anterior a própria coleta de dados. De acordo com Spósito (2004, p. 28) os métodos dividem-se em: hipotético - dedutivo, fenomenológico - hermenêutico e dialético.

O método hipotético– dedutivo foi elaborado partindo de pressupostos matemáticos e racionalistas. De acordo com Sposito (2004), surgiu com o pensamento de René Decartes, sendo baseado em recursos metodológicos cartesianos de afirmação científica. Logo, no século XX, Karl Popper, influenciado pela filosofia do Círculo de Viena, aprimora o positivismo, fazendo surgir o neopositivismo uma vez que, para Popper, não existiria a indução, ou seja, para ser científico o objeto deverá passar pela falseabilidade, a fim de que seja validado.

Com relação ao método fenomenológico, pode-se analisar que existe um resgate filosófico e metodológico nessa concepção. Edmund Husserl (1859-1938), fundador da corrente, analisava que “a fenomenologia, portanto, ocupa-se do ‘fenômeno’ em duplo sentido: na sua estrutura e no seu aspecto ‘aparência’ (Galeffi, 2000, p. 25)”. De acordo com Sposito (2004), a fenomenologia consiste na busca pela explicação da realidade, através do existencialismo, coloca-se como a “filosofia do subjetivo”. Para o autor, configura-se como um método crítico, onde “é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente. O objeto torna-se elemento a jusante, correndo o risco de se tornar apenas o elemento a ser analisado” (SPOSITO, 2004, p. 38).

Por sua vez, o método dialético compreende a crítica e leva em consideração também a historicidade, tendo como princípio o processo dialético, o pensamento elaborado estabelecido e que será confrontado com um novo pensamento, ou seja, uma afirmação atraindo necessariamente uma negação. Assim a tensão entre afirmação e negação leva necessariamente a uma nova posição, superior às duas, mas que contém suas ideias confrontadas, chegando-se à negação da negação. Esses “três estágios do conhecimento (a tríade) foram chamados por Hegel de tese, antítese e síntese” (SPOSITO, 2004, p. 42). A relação entre o sujeito e objeto é contraditória, porém não existe a soberania de nenhum deles.

A ciência continuou a acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo, com inúmeras inovações, especialmente devido ao avanço tecnológico da informática e meios de comunicação. Diante disso surge o método complexo (século XX) como uma ponte entre as várias facetas dos fenômenos, principalmente os de ordem social. Segundo Minayo e Torres (2013, p. 16), a Teoria da Complexidade

“surge para mostrar a interdependência essencial de todos os fenômenos. A realidade, é definida, essencialmente, pelos relacionamentos e pela dinâmica dos processos. Cada ser vivo está relacionado, afeta e é afetado pelas ações e pelas reações de todos os demais”.

Desse modo, a Teoria da Complexidade busca apreender o fenômeno em sua diversidade de facetas, analisando-o sob a ótica multifacetada que detêm. Porém essa realidade evidenciada pela complexidade corresponde, especialmente, aos fenômenos que se relacionam

com as questões sociais, pois, a probabilidade de compreensão do social deve levar em consideração as feições visíveis e invisíveis, sejam as que dão materialidade ao objeto em estudo ou aquelas que a constroem e que não são perceptíveis. Portanto, o método complexo, busca analisar o máximo possível dos ângulos que formam o fenômeno e que dão concretude a sua existência.

Assim, o estudo da violência, por ter inúmeras feições e relações que o fazem existir, deve ser observada sob o prisma da complexidade. Por isso, o estudo proposto, visa a partir do olhar plural da complexidade, entender como a violência tende a introduzir-se no espaço público e delinear as práticas socioterritoriais no mesmo. Portanto, é imprescindível a relação entre os mais diversos fatores que a fazem existir e interferir nas relações sociais, tanto por ser fruto dessas relações, como também por ter o poder de reproduzi-las.

O fato é que o uso de metodologias são claramente diferentes, sendo dependentes da necessidade científica do objeto estudado. Por muito tempo o rigor matemático foi compreendido como expressão científica da pesquisa, assim, os estudos que não estivessem atrelados a tais procedimentos eram pouco defendidos no meio. Entretanto, com a complexidade dos fenômenos, especialmente os sociais, a abordagem quantitativa deixou de exprimir a realidade que cada objeto propunha para o pesquisador. Deste modo, começaram a surgir disparidades entre as ciências naturais e as pesquisas nas ciências humanas. Enquanto uma utiliza especialmente as ferramentas quantitativas, nas ciências humanas e sociais a base atualmente tem sido os estudos qualitativos. Todavia, antes de ser aceita a pesquisa qualitativa foi durante muito tempo posta em dúvida e passou por vários processos até se fortalecer enquanto metodologia.

Diante das mudanças significativas vivenciadas no mundo após o século XVIII (Revolução Industrial), os estudos que levavam em consideração a mensuração de dados, deixaram de exprimir os resultados para entender os problemas. Assim, os movimentos políticos, as tensões entre trabalhadores, bem como as configurações dos ambientes urbanos, recriaram novos padrões culturais e “concepções modernas, segundo a qual o conhecimento acumulado libertaria a humanidade das forças naturais e arbitrariedades do passado, criando uma vida social liberta, igualitária e fraterna” (Chizzotti, 2006, p. 35).

Tal conjuntura proporciona o surgimento do empirismo na Inglaterra e do Liberalismo na Alemanha entre os séculos XVII e XVIII, estendendo-se até o século XX. O empirismo correspondeu a uma corrente filosófica pautada na “experiência externa que deriva do contato imediato de um sujeito com um objeto sensível que é exterior a esse sujeito”. Esse novo pensamento filosófico pautado em experiências e observações proporciona os primeiros resultados qualitativos partindo de metodologias científicas. Já o idealismo, corrente filosófica que teve como principal fundador Kant (1724 – 1804). “o conhecimento não era restrito a mera

percepção passiva, mas era imprescindível a atividade da mente no processo de conhecer” (Chizzotti, 2006, p. 39).

Assim, a pesquisa qualitativa sofreu embates significativos até ganhar lugar nos trabalhos e status de cientificidade. Reafirmou-se pouco a pouco no decurso da história científica, em meio a uma gama de rupturas e descobertas, até ganhar notoriedade nas pesquisas, inclusive as acadêmicas, contribuindo também para os estudos sociais. De acordo com Poupart et al (2008, p. 95) a pesquisa qualitativa reivindicou e conquistou autoridade na esfera da pesquisa fundamental, no trabalho de elaboração teórica ou conceitual, particularmente no âmbito da teorização ou do internacionalismo simbólico.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa passou por diversas fases históricas até sua afirmação na atualidade. De acordo com Chizzotti (2006), este procedimento se divide em cinco etapas: a) Um primeiro momento no período da industrialização. b) O surgimento da etnografia. c) A fase áurea, no momento pós II Guerra até os anos de 1970. d) Entre os anos de 70 e 80, com os investimentos públicos e privados em pesquisas científicas. e) E a partir da década de 90, com a globalização do capitalismo, onde o pesquisador passa observar a realidade social circundante.

Assim, a pesquisa qualitativa começou a ser envolvida nos estudos científicos, logo que a sociedade passou a sentir resquícios complexos em sua estrutura social. Tal fato se deve, sobretudo, ao período da industrialização que se iniciou no século XVIII, quando as mudanças e rupturas com os antigos modelos da sociedade passaram a ser perceptíveis, através da descrição dos problemas dos trabalhadores e grupos marginalizados com os levantamentos classificatórios desses grupos. O segundo momento surge a partir da etnografia (o pesquisador passa a conviver em um lugar para compreender os grupos), sendo caracterizado como período em que a pesquisa qualitativa começou a ganhar notoriedade no meio acadêmico, principalmente a partir dos estudos da Escola de Chicago, que buscou a formulação de metodologias partindo do ponto de vista dos pesquisados para estudar os mesmos. Com o pós- II Guerra até os anos de 1970, o debate qualitativo versus quantitativo se reconstrói, através da utilização da observação participante, reprimindo o uso da estatística. A partir dos anos de 70 e 80, aumenta o investimento tanto público como privado nas pesquisas, sobretudo aquelas ligadas aos problemas de classe, gênero, etnias, etc. Desde a década de 1990, a pesquisa qualitativa compromete-se com a realidade circundante e o contexto político no mundo.

Na atualidade, a pesquisa qualitativa vive um momento mais claro quanto a sua validade científica. Cada vez mais, trabalhos científicos tem – se utilizado de suas técnicas a fim de compreender os problemas dos fenômenos sociais. Muitos pesquisadores tem se autodenominado qualitativos e ignoram totalmente as bases quantitativas.

“o problema com a pesquisa qualitativa é que ela é um ‘pesadelo didático’. Se comparados com a tradição de pesquisa numérica, baseada na amostragem, no

questionário e na análise estatística, os pesquisadores qualitativos, e os que pretendem tornar-se pesquisadores qualitativos, encontram pouca clareza e orientação na literatura para seus procedimentos. Embora isto esteja mudando lentamente, à medida que a massa crítica de pesquisadores desta linha está aumentando, a maioria da literatura está preocupada em demarcar território legítimo deste procedimento metodológico autônomo”(BAUER e GAKELL, 2002, p. 27).

Tem-se então a pesquisa qualitativa como fator preponderante para o desenvolvimento de pesquisas que trabalham diretamente com questões sociais, com a ruptura matemática, a clareza dos fenômenos sociais passaram a ser melhor compreendidos. De acordo com Poupart et al (2008, p. 98), a “pesquisa qualitativa força a repensar o estudo das necessidades não mais segundo indicadores de medida, mas sim, segundo as especificidades dos meios de vida”.

A pesquisa qualitativa emerge como uma opção de análise dos fenômenos sociais sob o prisma dos sujeitos envolvidos no mesmo. Sua vertente abarca a observação dos diálogos existentes tanto nos discursos diretos como indiretos, evidenciados por meio das entrelinhas destes, correspondendo, portanto, a uma importante forma de obter a realidade dos acontecimentos que vão além dos números codificados, resultantes de pesquisas quantitativas. Tais abordagens, no entanto, não se excluem. Ao contrário, podem juntar-se e favorecer estudos que englobem a realidade mais minuciosa do objeto a ser estudado (SANTOS, 2011).

Desta forma, enquanto a pesquisa quantitativa centra-se especialmente na reprodução de dados para se chegar ao objetivo científico, a pesquisa qualitativa observa os processos, desde os históricos ao próprio cotidiano social para que assim possa entender a realidade e totalidade do objeto estudado. Para Minayo e Sanches (1993, p. 246) a “análise qualitativa, interpreta o conteúdo dos discursos ou a fala cotidiana dentro de um quadro de referência, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes”.

Entretanto, apesar das diferenciações existentes entre as pesquisas quantitativas e as qualitativas é necessário saber que ambas não são excludentes, mas podem se completar dependendo da finalidade do objeto estudado. Portanto, apesar da crítica, o uso qualitativo não exclui a base quantitativa. Ao contrário, haja vista que tal aporte pode contribuir na compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais.

De acordo com Poupart et al (2008, p. 98), as medidas quantitativas têm a desvantagem de produzir uma visão simplificadora dos problemas, esclarecendo parcialmente um real fragmentado. Assim, a pesquisa qualitativa contribui para introduzir novos sentidos aos problemas, bem como, repensá-los não mais segundo indicadores de medida, mas, segundo especificidades socioculturais dos meios de vida.

Existe, no entanto, um amplo campo conflitante do uso quantitativo em determinadas pesquisas, especialmente as que envolvem fenômenos mais complexos. Tal fato reside porque a

utilização de dados além de delinear apenas determinadas parcelas da realidade, também existe a realidade de que quanto maior o objeto estudado, maior será o rigor matemático e os dados a serem empregados, o que favorece o não uso da mesma, em algum sentido ou apenas sua utilização enquanto aporte metodológico. Por outro lado, a pesquisa qualitativa centraliza-se mais nos processos do que nas variáveis, ou seja, nos dados sobre determinado problema, por isso fornece maiores subsídios para o entendimento de problemas de maior magnitude.

Apesar de ser bastante ampla, a pesquisa qualitativa tem procedimentos e técnicas de análise a fim de se obter a realidade social adequada a cada tipo de pesquisa, levando em consideração tanto a dimensão do objeto ao qual será estudado, como também os processos que delinearão seu desenvolvimento. O autor Chizzotti (2006, p. 63- 113) aponta quatro tipos de técnicas qualitativas, são elas:

“A *etnografia*: é caracterizado pela descrição ou reconstrução de mundos culturais originais de pequenos grupos, a fim de se fazer um registro detalhado do comportamento cultural e social do mesmo. Para isso, o pesquisador permanece envolvido durante um período na vida cotidiana do mesmo, inclusive partilhando de suas práticas [...] As *pesquisas ativas* que se subdividem em: a) pesquisa-ação; onde o pesquisador atua como um experimentador de campo que precisa modificar a realidade social para conhecê efetivamente e promover a mudança desejada, tornando-se um meio de ultrapassar os próprios muros acadêmicos através de ações no campo social. b) pesquisa participativa por sua vez, tem como significado investigar uma situação problema, propondo aos membros de um grupo a participação, ativamente no processo, afim de, ampliarem e aprofundarem o conhecimento sobre o objeto estudado[...] Outra técnica de pesquisa qualitativa é a *História de Vida*, que é um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos de sua experiência vivida[...] E por fim a *Interpretação de textos* (análise de conteúdo, de narrativa e do discurso), que tem por finalidade extrair o significado de comunicação dos textos para entender determinados fenômenos.

Assim, a pesquisa qualitativa pode favorecer o estudo de fenômenos complexos, especialmente aqueles que são de origem social ou que afetam o mesmo. Um dos exemplos disso é o estudo qualitativo da violência urbana, devido a magnitude desse fenômeno social e suas interferências no ambiente urbano, sejam nas práticas com os indivíduos ou até mesmo nos ambientes urbanos uma vez que a reprodução do medo interfere na apropriação e uso das cidades.

Neste sentido o método qualitativo favorece na análise do discurso dos sujeitos envolvidos no processo através de suas técnicas. Dessa forma, a pesquisa proposta abordará o uso de técnicas qualitativas para a compreensão da interferência da violência no uso e na reprodução de práticas socioterritoriais em ambientes de uso público (Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio), ambas localizadas no bairro do Centro de Campina Grande.

De acordo com SANTOS (2010, 2011), pode-se constatar que Centro da cidade obteve mais índices de criminalidade (Homicídios, assaltos e tráfico de drogas), ficando a frente de outros bairros da cidade, inclusive alguns periféricos. Na última pesquisa, foi possível comprovar através de entrevistas e questionários aplicados com a população residente na cidade, que a Praça da Bandeira e a Praça Clementino Procópio eram os espaços que mais demonstravam medo e conseqüentemente distanciamento por parte dos habitantes.

Inicialmente, portanto, existe a necessidade de contextualização sobre os conceitos e temas referentes ao urbano e a violência nos espaços públicos. Para tanto, foi necessário realizar um resgate bibliográfico sobre os temas estudados, bem como pesquisas históricas sobre os dois espaços objetos de estudo (Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio).

Sabendo, entretanto, que a pesquisa qualitativa não restringe o uso do aporte quantitativo, buscou-se mapear os crimes ocorridos durante os últimos anos em Campina Grande (2008 – 2011). Assim, através da coleta de Dados Oficiais e revisão dos questionários aplicados anteriormente na pesquisa sobre espaços públicos em Campina Grande (SANTOS, 2012) identificou-se os principais tipos de crimes que expressam sentimentos de insegurança tanto no bairro do Centro como nos espaços públicos (Praça da Bandeira e Clementino Procópio).

A realização da análise qualitativa pautou-se na efetivação de entrevista com grupo focal que contou com a participação de representantes da Polícia Civil, Comércio, Igrejas e usuários (fotos 01 e 02), a fim de se obter o discurso sobre como as práticas criminosas tem interferido na reprodução do uso e das práticas socioespaciais e socioterritoriais nas duas praças.

Fotos 01 e 02: Entrevista com Grupo Focal



Debate gerado a partir da entrevista com grupo focal. Nas fotos **01** e **02** os representantes da sociedade civil (comércio, Polícia Civil, usuários e igreja) relatam seus posicionamentos a cerca da violência nos espaços públicos em Campina Grande.
FOTOS: SANTOS, Sâmara I. L. 2013.

A entrevista com grupo focal consiste em uma técnica da abordagem qualitativa, que visa analisar o discurso dos sujeitos diante de determinados problemas que são levantados a partir de perguntas expostas ao grupo. Em alguns casos, a entrevista com grupo focal leva em consideração a percepção dos indivíduos e as respostas conforme o corpo responde as perguntas que são instigadas. Porém, nem sempre essa modalidade é empregada, tendo em vista que em alguns casos, o assunto ou as respostas do grupo, não abrem espaço para que sejam identificadas reações, principalmente quando depende do número de participantes e o tema discutido.

Diante disso, a pesquisa ora abordada, se propôs a analisar o discurso dos sujeitos (representantes de diversos segmentos) ante as perguntas e o debate gerado. Portanto, primeiramente, foram escolhidos previamente os participantes do grupo focal, seguindo critérios de representatividade (comerciantes, polícia, usuários, igreja etc), partindo do pressuposto de que estes poderiam abordar e discutir a influência da violência na reprodução de práticas socioterritoriais. Para tanto, os escolhidos deveriam vivenciar e saber sobre a dinâmica das praças públicas (Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio), uma vez que o debate seria gerado a partir das percepções que detinham sobre as mesmas.

Para que a técnica com grupo focal possa alcançar a análise necessária para compreender o fenômeno estudado, são necessárias de acordo com a técnica, no mínimo, um grupo formado por seis pessoas até no máximo doze participantes. Assim, para a execução da pesquisa, foram convidados seis representantes da sociedade civil (usuários) que vivenciam cotidianamente as duas praças públicas, três comerciantes (comércio formal e informal), representantes das secretarias de serviços urbanos da cidade e da segurança pública (três), bem como do segmento religioso (dois).

Logo, a partir da escolha e do convite proposto para esses segmentos, foi escolhido um local neutro (sala da Associação Comercial de Campina Grande) e central, onde os participantes pudessem debater sobre o assunto sem restrições de tempo ou espaço. Portanto, a entrevista aconteceu no dia 10 de julho de 2013, durante o período da tarde.

Vale ressaltar que para a realização dessa modalidade de entrevista, também são necessários à presença de participantes que possam atuar na fotografia, gravação em áudio e na observação da entrevista, contendo também a presença de um moderador para direcionar as perguntas e também a entrevista, uma vez que, em alguns momentos a entrevista pode ser caminhar para outros assuntos que não são pertinentes a pesquisa.

Portanto, em primeiro lugar, foi realizada a explanação sobre a pesquisa e o objetivo da entrevista para os participantes que compareceram ao local na data e horário marcada, sendo um total de quatro pessoas (representantes do comércio, igreja, usuário da praça e Polícia Civil). Explicando também, que as perguntas eram direcionadas e caso fossem necessários, haveriam intervenções a partir do debate.

Em segundo lugar, foi realizado o debate a partir das perguntas realizadas, estas detinham o caráter de serem abertas e que pudessem abrir o máximo de discursos possíveis dos entrevistados. Assim, quando eram necessários, abriam-se outras perguntas dentro do tópico-guia. Portanto, a entrevista foi realizada com a presença de quatro participantes (comércio, igreja, usuário e delegacia de polícia civil), os mesmos relataram suas experiências e percepções tanto da cidade de Campina Grande, como também das praças Clementino Procópio e Praça da bandeira.

A partir da entrevista concluída, foi realizada a análise do discurso, conforme exemplo da (Tabela 01), partindo da extração das ideias centrais seguindo as perguntas efetuadas ao longo da entrevista. Apesar de ser importante instrumento no grupo focal, não foram analisadas as percepções do comportamento dos indivíduos, devido à homogeneidade da entrevista. Desse modo, como o comportamento, dos participantes seguiu uma linearidade, não acarretando mudanças bruscas comportamentais, houve apenas a preocupação em se analisar o discurso de cada um, a fim de se compreender a dinâmica dos espaços públicos objetos da pesquisa.

Tabela 01 - Tabela elaborada com base na entrevista realizada com grupo focal ¹.

Comente como a violência pode interferir no uso dos espaços públicos (Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio)

Resposta do entrevistado	Idéias centrais	Elaboração do discurso
<u>“Você vai evitar sim, principalmente em tr�nsitar. V�-se ali jovens que tem uma carga de problemas de cunho social”.</u>	Ic1- A violência tende a interferir nas práticas socioterritoriais.	O fenômeno da violência tem se tornado cada vez mais presente nos espaços públicos de Campina Grande. As práticas criminosas, efetuadas principalmente por jovens, tem sido visualizadas nas praças centrais da cidade. Com isso, novas práticas socioterritoriais passam a favorecer a “segurança”. Desse modo, as pessoas tendem a se afastar dos espaços públicos, pois sentem-se protegidas, com o medo de serem vítimas de alguma prática criminosa.
<u>“Interfere sim! Vejo muita gente que desvia, forma novas rotas para não andar nas praças, porque pode ser assaltado! Na Clementino Procópio o povo passa pelas ruas, depois de certas horas você não tem condi�o de passar ali não! Vejo as pessoas avisando umas as outras: tenham cuidado nas paradas de �nibus ... Cuidado com o celular!”</u>	Ic2- Novas rotas e formas de uso das praças são realizadas.	A vivência nesses espaços públicos (Praça da Bandeira e Clementino Procópio) passam a ser ditadas conforme os horários que reproduzem no imaginário social mais segurança. Logo, a partir do crescimento da violência, a constru�o de espaços semi- públicos, tanto shoppings como condomínios fechados, dotados de arcabouços de lazer, sobrevivem como “saída” plausível contra esse fenômeno. Consequentemente, os espaços públicos passam a ser degradados tanto, materialmente como, imaterialmente. Inclusive pela popula�o que antes sentia prazer em usar esses espaços públicos.
<u>“Eu acho também, que a violência nas praças tem muito haver com nosso êxito também. A gente saiu das praças para ir para os shopping, cinema... A facilidade que tem para viajar, tem vários fatores, n�? Como aquilo ali era da gente, então era um “público” nosso! Hoje não! Eu tenho possibilidade de ter lazer na minha casa, num condomínio fechado, eu não vou estar preocupado com a praça se eu moro num condomínio que tem tudo para me divertir! Eu acho que isso também gera esse descompromisso social, se aquilo ali não me interessa, então deixa do jeito que está mesmo... A minha gera�o gostava da praça, ficava cinco dias esperando aquelas “andorinhas”.</u>	Ic3- A rela�o de práticas socioterritoriais e socioespaciais em espaços privados tem favorecido o não uso de ambientes públicos. Ic4- Os espaços públicos tornaram-se alvos do mercado territorial. Especialmente em decorrência do medo.	

Tabela elaborada com base na entrevista com grupo focal.

Autoria: Santos, 2013.

Contudo, mesmo não identificando o comportamento dos participantes quando pesquisados sobre determinados assuntos, pode-se observar que o cont do das respostas, favoreceu a compreensão de como a violência tende a afetar o cotidiano dos espaços públicos, especialmente as praças localizadas no Centro de Campina Grande.

A partir da análise do cont do, foi possível também, observar que alguns pontos levantados em pesquisas anteriores sobre violência na cidade (SANTOS, 2011, 2012), se relacionavam com os objetos em estudo. Isso são foi possível, porque a entrevista com grupo

¹- A tabela exemplifica os procedimentos adotados a partir de alguns trechos selecionados da entrevista com grupo focal.

focal possibilitou compreender o discurso do sujeito qualitativamente e não apenas o quantitativo de dados sobre a criminalidade nesses ambientes de uso público.

Desse modo, a realização da entrevista com grupo focal, favoreceu a compreensão do fenômeno da violência em maior profundidade porque, analisou o olhar dos indivíduos ante os espaços de uso e acesso público e como a violência tem contribuído para a propagação de novas práticas socioterritoriais, privando-os e remodelando antigas práticas socioespaciais. Consequentemente, essa análise contribuiu na percepção da abordagem qualitativa do estudo proposto.

Capítulo 02

DA ANÁLISE SOCIOESPACIAL PARA O ENTENDIMENTO DAS PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS

“As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer (...). É um grande jogo que se está realizando sob nossos olhos, com episódios diversos cujo sentido nem sempre aparece” (LEFEBVRE, 2001, p.79).

No decorrer do processo de sistematização geográfica o conceito de espaço tem passado por grandes mudanças tanto na perspectiva teórica, modificando-se enquanto conceito, como do ponto de vista prático, pautado nos arranjos socioespaciais.

Durante o período da Geografia Tradicional, que compreende a década de 1870 à 1950, a concepção de espaço esteve implicitamente relacionado aos conceitos de paisagem e região. Isso porque o espaço aparece nas concepções de Ratzel, como espaço vital, ou seja, sendo indispensável para a vida do homem. Nessa mesma época nas obras de Hartshorne “o espaço aparece como receptáculo que apenas contém as coisas. O termo espaço é empregado no sentido de área (CORRÊA, 2008, p. 19)

O segundo momento vivenciado pela discussão acerca do conceito de espaço é atribuído na década de 1950, quando entra na geografia a revolução teórica- quantitativa, baseando – se em questões quantitativas. O conceito de espaço aparece extremamente atrelado a economia, nas concepções das obras de Weber, sobre a teoria das localidades centrais e Harvey, que introduz a noção de espaço relativo. Esse espaço para Harvey é entendido a partir das relações com objetos, que implicam em custos. Assim é no espaço relativo que se obtém rendas diferenciais (de localização) e que desempenham papel fundamental na determinação do uso da terra.

No período da geografia crítica (década de 1970) realiza- se o debate do conceito de espaço enquanto produto das relações sociais. Isso porque nesse período os debates em torno das questões sociais e a modificação dos espaços entra no contexto geográfico, baseando-se nas concepções marxistas, através das obras de Henri Lefébvre. Além disso, entra em cena os debates sobre formação socioespacial de Milton Santos, através da qual o espaço e a sociedade aparecem atreladas, por isso o conceito de formação sócio- espacial.

O espaço aparece durante o surgimento da geografia humanista e cultural (anos de 1970), como resultado de sentimentos e subjetividades, sendo, portanto conforme a obra de Tuan, o espaço vivido carregado de afetividade. (CORRÊA, 2008).

Com base nesta síntese sobre a inclusão do conceito de espaço no âmbito da evolução do pensamento geográfico, percebe-se que o interesse pelo estudo do espaço teve uma maior relevância nas fases mais recentes da produção epistemológica da Geografia, Geografia teórico- quantitativa e Geografia Crítica, sendo considerado o método de análise na primeira e o objeto de estudo na segunda.

Até meados dos anos 1970 a leitura do espaço estava pautada no desenvolvimento de técnicas que possibilitassem a compreensão das dinâmicas da paisagem (leitura espacial). A partir da década de 1970 o espaço passa a ser analisado sob a perspectiva social e como produto de processos históricos. Assim o espaço ganha notoriedade no discurso geográfico ao apresentar-se como conceito- chave, baseado nas concepções marxistas. A nossa análise parte,

justamente, das contribuições dos geógrafos críticos devido a compreensão dos mesmos quanto a identificação dos elementos que fundamentam o conceito de espaço como objeto de análise geográfica assim como os seus desdobramentos. Já Santos (2001, p.25) aprofunda este entendimento ao observar o espaço

“como produto não apenas das indissociabilidades entre os sistemas de objetos nele contidos, mas nas próprias influências dos sistemas de ações que orientam a sua constituição, decorrente, portanto, da relação entre a sociedade e o espaço em que realiza suas práticas”.

Entretanto, a valorização do conceito de espaço não se encerra na produção do espaço pela perspectiva marxista ou materialista uma vez que se expressa também pela percepção do ambiente vivido, produzindo e reproduzindo as identidades urbanas sendo fundamentado pela perspectiva fenomênica da Geografia humanista cujo entendimento de espaço pauta-se na experiência do indivíduo enquanto sujeito.

“A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na geografia humanista uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido”. (CORRÊA, 2008, p. 30)

O espaço, portanto, deixa de ser apenas marcado por relações sociais e passa a transmitir experiência e identificar a afetividade com o lugar, sendo delimitado a partir da própria maneira de vivencia-lo. Define-se, assim, como “um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias (nas quais) pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir seu mundo, de atribuir valores às suas partes e de medi-las” (TUAN, 1980, p 39).

Diante do quadro de referências apresentado, a Geografia chega a aproximar o conceito de espaço ao de território, uma vez que ambos refletem identidades, afetividades e relações sociais. Porém, apesar da complexidade de ambos, vale pontuar que estes se apresentam de forma distinta. Enquanto o território passa a refletir em grande parte as relações de poder sobre o espaço, o conceito de espaço abordaria as questões referentes as produções sociais que o tornam dinâmico. Tem-se, neste entendimento, a concepção de organização socioterritorial para o primeiro caso e de socioespacial para o segundo.

A produção do espaço acontece mediante as relações sociais, que por sua vez, atuam em muitos casos fragmentando o espaço. Existem situações em que as relações sociais não tem na conquista do território o seu trunfo final (movimentos socioespaciais). Assim, podem até influenciar no ordenamento urbano, ao se apropriarem do espaço, mas não atingem a escala de produção territorial, uma vez que não exigem a delimitação e as relações de poder em um dado espaço. Como exemplo tem – se os movimentos sociais e Organizações Não Governamentais-ONGs que atuam em alguns espaços promovendo ações sociais (saúde, educação etc). Apesar de estarem presentes no espaço, elas não tem o território como base de sua ação, apenas utilizam o espaço para a reprodução da atividade.

Por outro lado, o movimento socioterritorial produz práticas socioterritoriais que atuam no espaço e constroem o território, inclusive o imaterial. De acordo com Fernandes (2005, p. 8) “a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização”. Um dos exemplos é a atuação dos sem-teto nas praças, que ao se atuarem em determinadas frações do espaço, acabam se territorializando e transformando a lógica dos demais habitantes, que por causa do medo deixam de andar com maior tranquilidade.

Marcelo Lopes torna esta relação ainda mais complexa ao substituir socioterritorial por sócio-espacial (palavra separada por hífen). Assim, sócio-espacial corresponderia as relações que interferem no espaço produzindo territorialidades ou, conforme evidenciado pelo autor (SOUZA, 2008, p2), o uso deste termo corresponde “*simultaneamente às relações sociais e ao espaço (social)*, como dimensões da sociedade concreta que, sem se confundirem, são, por outro lado, essencialmente interdependentes” ao tempo em que a concepção socioespacial quando se faz

“referência *somente ao espaço social*, que é um produto (enquanto substrato espacial material, território, “lugar” etc.) das relações sociais (trabalho/economia, poder/política, simbolismo/cultura) e, ao mesmo tempo, parte integrante da *totalidade social concreta* ou *sociedade concreta*” (SOUZA, 2008, P.2).

O fato é que por muito tempo o território foi colocado nas ciências sociais e inclusive na geografia, como fruto do Estado. Sobre isso, pode-se citar Claude Raffestin em *Por uma Geografia do Poder* (1993) ao evidenciar a existência de ambiguidades inerentes a noção de território o qual, segundo Raffestin, é essencialmente expresso por e a partir de relações de “poder” (aquele que advém da sociedade). O autor problematiza ainda mais ao relacionar o “Poder” (escrito do autor) como ação do Estado, sendo manifesto através dos aparelhos complexos que dominam o território, fato que possibilitaria o entendimento do território como campo em que as relações de poder se tornam evidenciadas na perspectiva política:

“O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço [...] O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a. prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 02).

Contudo, analisado em suas complexidades, o território vai além das relações de poder que se materializam em decorrência, especialmente das ações no espaço, sendo considerado por autores como Milton Santos quanto “sinônimo, por possuir resistências diante de grandes empresas que operam na produção *material* (destaque do autor) enunciando aspectos da

reterritorialização no movimento de globalização da economia e de valorização do lugar, como espaço do acontecer, de vida território” (SAQUET, 2010, p. 124).

Outro fator de suma importância para a compreensão do território diz respeito ao seu simbolismo que advém das formas imateriais de determinadas ações que condicionam também a formação de territórios. Ou seja, nem sempre o território é delimitado por relações de poder visíveis, muitas vezes, as relações de cultura, relacionam no espaço a formação de territórios. A este respeito, Haesbaert compreende o território como funcional e simbólico uma vez que as

“Relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" - "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) - como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante” (HAESBERT, 2007, p. 23).

Assim, tem-se que na produção do espaço, o território que se apresenta mais do que apenas a concretude física de determinada área vai além também da dominação e exercício do poder do Estado. O território é fortemente ligado pelas relações sociais que também, fornecem exercícios de poder e diante do território criam identidades, provocando assim territórios “simbólicos”.

“Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. (HAESBERT, 2007, p. 20).

Além disso, o território, especialmente na sociedade capitalista não é somente territorializado, ou seja, não contém apenas “as relações diárias momentâneas de dominação de indivíduos ou grupos sociais com parcela do espaço geográfico” (SAQUET, 2010, p. 129). O território também é multiterritorializado na concepção de Rogério Haesbert “como múltiplas relações vividas por diferentes indivíduos e grupos sociais, em distintas escalas de interação” (SAQUET, 2010 p. 126).

Entretanto, a complexidade da territorialização de grupos sociais adentra a utilização de um mesmo território em diferentes momentos, mesmo que rapidamente. Seria, portanto, o que Souza (2008) analisa sobre os territórios flexíveis. Ao relatar que os territórios, entendidos como relações sociais projetadas no espaço, podem “dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, ao invés de uma escala temporal de muito tempo” (SOUZA, 2008, p. 87).

Souza (2008), vai além e aborda uma nova realidade dos territórios, que não são somente territorializados e reterritorializados por relações de poder que se visualizam em dado espaço geográfico, mas são também, as relações simbólicas (imateriais) que podem modificar e promover identidades com esse espaço. Sendo assim, podem haver tanto relações territoriais simbólicas atuando nas práticas socioterritoriais, como também a escala temporal pode ser

rápida, como por exemplo, os territórios da prostituição, onde, durante o dia existe uma territorialidade (geralmente comércio “formal”) e durante a noite as ruas são tomadas por essa nova forma territorial (prostituição).

Na atualidade os espaços urbanos têm obtido tais feições territoriais. Num mesmo espaço pode haver múltiplos territórios, como por exemplo, a utilização territorial de uma praça por diversos segmentos sociais (comércio informal, pedintes, comércio formal etc). Além disso, o fenômeno da violência em grande escala, pode promover territórios diversos, especialmente forçar a partir de suas territorializações, segregações voluntárias por parte daqueles que mediante o “medo”, deixam de utilizar determinadas áreas do espaço ou apenas horários.

A cidade vai além dos objetos que dão concretude (fixos), pois contém relações sociais que dão feições a sua existência. Conforme Lefebvre (2001, p. 4) a cidade é produzida por meio de relações tanto próximas (indivíduos ou grupos) como distantes (regidas por instituições). Assim, os espaços da cidade decorrem de um processo dialético entre o “eu” (indivíduo), suas experiências e práticas socioespaciais, com os “outros” (coletividade) e as práticas socioespaciais e sentimentos de pertencimento.

Entretanto, o espaço urbano da cidade a partir do período pós-revolução industrial, começou a englobar novos “modos de vida” e de “produção do espaço” que atingiram as sociedades em diferentes tempos. Ao se caracterizar como espaço de trabalho, as cidades passaram a receber trabalhadores, porém, a maioria começou a penetrar áreas degradadas, sem infra-estrutura, em geral, localizadas nas periferias. As cidades que antes eram vistas como espaço de “ordem” e de “desenvolvimento”, passaram a ser palco do caos capitalista. De acordo com Lefebvre (2001, p. 72), é nesse período que a cidade começa a eclodir demasiadamente, acarretando um processo duplo (industrialização – urbanização) o que resulta em um movimento dialético de explosão-implosão, condensação – dispersão.

Diante disso, os primeiros problemas e fenômenos começam a delinear as sociedades urbanas. A princípio, aqueles relacionados a infra-estrutura e saneamento, logo em seguida, os problemas de mobilidade urbana e violência que nas últimas décadas tornam-se os maiores desafios dos gestores urbanos (SANTOS, 2011).

De fato, a violência urbana tem crescido em praticamente todas as cidades, independentemente de suas complexidades socioespaciais, favorecendo, assim, a difusão da sensação de insegurança pautada no distanciamento do uso dos espaços.

O processo de crescimento das cidades designou uma virtualidade no urbano que reproduziu determinados códigos na sociedade, a exemplo do aumento dos condomínios fechados dotados de equipamentos de segurança e espaços restritos a realização de atividades de lazer. Com o desenvolvimento tecnológico, as rotinas aceleradas passaram a editar também, as relações com a cidade.

Como resultado desse processo, pode-se destacar o mercado territorial que cada vez mais tem vendido os espaços da cidade para determinados segmentos da sociedade incluídos no debate econômico sobre a organização urbana. O fato é que, além de reforçar o processo de segregação territorial, tais práticas resultam na criação de espaços destinados a grupos específicos, acentuando o crescimento da cidade de forma fragmentada. Se por um lado observam-se equipamentos grandiosos dotados com arcabouços suficientes para que os moradores não necessitem utilizar a cidade, por outro, evidenciam-se grupos marginalizados desprovidos de serviços básicos de saúde, educação e segurança.

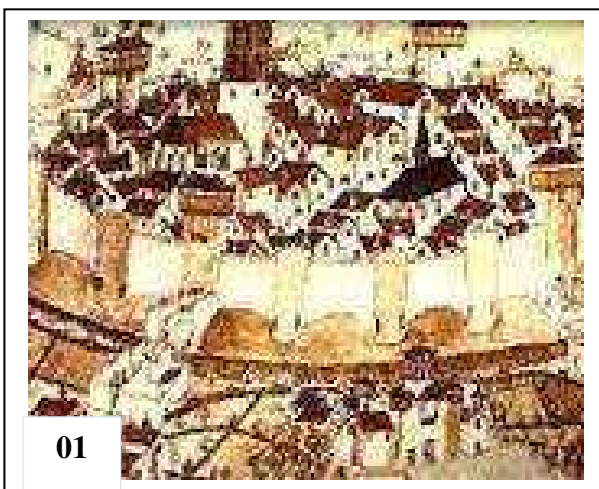
3. – Da produção do espaço ao direito à cidade: A proposta de uma reflexão

A cidade percebida por Lefebvre no final do século XX já possuía fortes similaridades com as cidades medievais. Enquanto estas eram cercadas por muros criados para a proteção dos cidadãos, as cidades da atualidade reproduzem espaços igualmente segregados voltados para a segurança dos seus moradores. A diferença está contida no fato de que na atualidade, a configuração reforça a ausência do convívio social enquanto as cidades medievais favoreciam a sociabilidade (BAUMMAN, 2007).

Além disso, ao contrário do que ocorria com as cidades medievais, o processo de segregação tem resultado na redução da contemplação dos espaços da cidade, influenciando na difusão do estranhamento e ausências de identidades. O principal motivo decorre especialmente do aumento da violência, não apenas o seu resultado material, mas, em seu sentido imaterial que interfere na vida social.

Antes a violência era percebida nos ambientes urbanos (ruas, praças etc), tendo em vista o grau de luminosidade dos lugares. As cidades medievais não detinham de recursos de luminosidade, ficando a critério dos moradores a utilização de velas entre outras soluções para que não fossem vítimas de violência. Nas cidades atuais, apesar de existir luminosidade, o mesmo torna-se insuficiente, pois cada vez mais diversos espaços têm materializado práticas criminosas, como assaltos e assassinatos, gerando conseqüentemente sentimentos de medo por parte dos habitantes. Tal contradição pode ser observada na análise das imagens a seguir (Figura 01 e foto 03):

Figura 01 e foto 03: contradições da ocupação urbana ao longo dos tempos



01



03

Na primeira imagem (figura 01), observa-se a configuração de uma cidade Medieval. É possível perceber que as residências encontravam-se protegidas por um muro afastando a urbs (ordem de ocupação espacial dotada de infraestrutura e práticas sociais bem definidas) de outras formas de ocupação. Na segunda imagem (Foto 03) observa-se uma visão panorâmica do Condomínio Atmosphera, em Campina Grande, na qual se percebe as ocupações cercadas por um muro separando os moradores do contexto geral da cidade. Pode-se evidenciar, portanto, semelhanças entre estas representações, apesar das diferenças funcionais e administrativas entre essas duas realidades entre as quais destaca-se o fato de que, ao contrário das cidades medievais, o isolamento de espaços corresponde a um processo de segregação (voluntária) intraurbana devido a fatores como aumento da sensação de insegurança ao tempo em que nas cidades medievais, o isolamento era de todo o espaço urbano e não de fragmentos desse espaço.

FONTE (Figura 01): Disponível em: <<http://jamesophia.blogspot.com.br>> Acesso em 28 de julho de 2013.

FONTE (Foto 03): Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com>> Acesso em 28 de julho de 2013.

A violência se caracteriza, portanto, como um fenômeno que não apenas atua na administração de bens e comprometendo a integridade física, como também a partir de simbolismos. O próprio medo, pode ir além de um resultado das ações de violência e torna-se uma violência simbólica.

“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (Michaud, 2001, p. 10).

Ao tornar-se uma realidade comum a todos os espaços urbanos, a violência passou a ser concebida como um dos principais “problemas para a sustentabilidade urbana”. Este, para ser combatido, demanda arcabouços necessários para influenciar os indivíduos na redução dos usos dos espaços e conseqüente reprodução de práticas contra o próprio indivíduo e contra o patrimônio. Contudo, como ressalta Tangerino (2007), isso não significa que a cidade seja um

fator determinante sobre o indivíduo uma vez que, de acordo com um código ecológico, as condições de infraestrutura e acesso aos equipamentos não determinam as práticas de violência. A violência estaria reproduzida nos hábitos e práticas socioespaciais. De fato, por terem que viver segregadas, habitando próximo aos que têm práticas violentas, as pessoas passam a ter que obedecer às regras impostas por tais sujeitos – por exemplo, a utilização de ruas em horários predeterminados e obediência à lei do silêncio, fato que contribui para a reprodução da sensação de medo e insegurança.

Assim sendo, entre os indicadores responsáveis pela usurpação do direito à cidade, destacam-se tanto aqueles relacionados à exclusão socioeconômica (desemprego, falta de condições dignas de moradia, etc.) como os de ordem efetivamente social, representados pela difusão do tráfico de drogas, armas e de pessoas, os quais são materializados pela disputa armada e por domínio de territórios em alguns setores da cidade, assim como pelo aumento da prostituição e depredação do patrimônio público, tendo a mídia como um dos principais veículos de difusão da sensação de medo urbano (SILVEIRA, 2008). Tais elementos apresentam-se como questões de referência no âmbito da conquista de uma cidade sustentável.

Ao contrário da relação de fatores de violência que a identificavam na cidade em outros momentos da história (intervenção física voluntária de um indivíduo ou grupo contra outro, com o escopo de torturar, ofender ou destruir), coloca em xeque não apenas a integridade física, propriedade pessoal ou coletiva, mas a própria integridade psicológica do indivíduo-cidadão e da coletividade social no que diz respeito ao amor à cidade, por meio da formação de uma identidade com a mesma (DINIZ, 1998, p. 781),

Diante do quadro de referências apresentado, o espaço da cidade tem se tornado o espaço das diferenças, do desconhecido, do estranhamento e da submissão ao medo da agressão física e simbólica (CARLOS, 2007). Ao ser materializada, enquanto relação de troca, a cidade vem perdendo o seu significado enquanto valor de uso (LEFEBVRE, 2001), tornando-se um espaço da transgressão, amparado pela cultura do medo.

Assim sendo, enquanto fenômeno espacial, especialmente nos ambientes urbanos, a violência passa a influenciar o cotidiano do cidadão reproduzindo o sentimento de insegurança, atingindo, assim, também o fator psicológico do indivíduo e sua consequente repulsa em usar ou se apropriar de determinados espaços, entre os quais destacamos os ambientes públicos abertos.

Assim, o espaço urbano que ora representaria para os diversos segmentos da sociedade sentimentos e relações de identidade, torna-se sinônimo de repulsa. Assim, quanto maior o distanciamento, no que concerne ao uso, maior a probabilidade de obter êxito no que diz respeito, a não ser vítima de algum dano criminoso.

Diante disso, cada vez mais as áreas das cidades são propensas a degradação material ou a segregações diversas. O mercado territorial, apoiando-se nessa nova conjuntura presente nos espaços urbanos contemporâneos, passa a vender ambientes que são “seguros” e que

fornecem todos os tipos de serviços. Não sendo necessário portanto, que seus habitantes adentrem nos “espaços de medo” que revelam a cidade. Neste sentido existe uma reprodução de espaços, onde a distância entre os lugares “protegidos” dos “outros” (moradores indesejáveis), torna-se evidente. Surge então as segregações voluntárias em decorrência desse novo modelo urbanístico.

Esse novo modelo urbanístico pode ser observado na criação de ambientes fechados e arborizados, dotados de segurança. Em Campina Grande, a presença de condomínios horizontais (a exemplo dos alphas) tem se tornado uma constante, respondendo a uma demanda territorial do desenvolvimento urbano, que busca nos muros a segurança que não tem sido percebida na cidade, construindo assim, “cidades” dentro da própria cidade. Nesses espaços, não existe a necessidade do habitante sair demasiadamente, pois detém dos serviços básicos, inclusive locais de lazer, dentro do seu espaço privado.

Assim, apesar de corresponder a uma cidade de porte médio, tem se tornado alvo das segregações voluntárias e involuntárias. Tal fato é perceptível através da construção também de ambientes privados (a exemplo de vários shoppings centers, galerias comerciais etc) e também, na construção de restrições em ambientes de uso público, em decorrência da insegurança relatada por parcelas da sociedade. De tal modo, o marketing do mercado apoiado no medo, acaba por construir uma cidade para poucos.

O espaço urbano passou, assim, a ser objeto manipulável do marketing territorial esboçado pelo mercado (SANTOS, 2000). Neste contexto, o habitante da cidade possui o valor de sua localização no território estando ciente de que o lugar em que habita poderá ou não trazer os bens e serviços que lhe são devidos. A inexistência de serviços, aliados a falta de mobilidade e acessibilidade fornece aos habitantes limitações quanto ao uso dos espaços, acarretando as desigualdades no ambiente urbano.

Enquanto fenômeno espacial, a violência passa a influenciar o cotidiano do cidadão de tal modo, que suas práticas começam a ser delimitadas no espaço urbano. Os sentimentos de medo e terror acabam interferindo no psicológico do indivíduo, provocando ações de repulsa quanto a determinados lugares, reproduzindo assim, novas condutas territoriais para o mesmo.

“Os novos produtos urbanísticos, anunciados com maior orgulho e mais amplamente imitados, são os “espaços interditados”, destinados a interceptar repelir ou filtrar os usuários potenciais”. Explicitamente, o propósito dos “espaços interditados” é dividir, segregar e excluir – não construir pontes, passagens acessíveis e locais de encontro, facilitar a comunicação e agregar de outras formas os moradores da cidade” (BAUMMAN, 2007, p. 83).

É nessa cidade do estranho e do virtual que se pode observar os novos modos de vida da sociedade uma vez que “a vida nas cidades se transforma num estado da natureza caracterizado pelo domínio do terror, acompanhado pelo medo onipresente” (BAUMMAN, 2007, p. 78).

Conforme o mapa do Instituto Sangari (2012), o fenômeno da violência no Brasil passou a ser caracterizado como uma disseminação da violência, deixando de ser exclusiva das capitais adentrando em estados interioranos. O perfil da violência no País mudou, tendo em vista que determinados estados que detinham índices alarmantes passaram a combater com tecnologias avançadas a criminalidade, paralelamente, estados interioranos têm crescido economicamente, porém sem conseguir combater os focos da violência, conseqüentemente, tornam-se alvos de atração desse fenômeno.

A Paraíba passou a ocupar a 6ª posição no ranking dos estados com mais índices de homicídios, ficando à frente inclusive da Bahia (7ª) e Rio de Janeiro que ocupa a 17ª posição (WAISELFISZ, 2012, p. 25).

Neste contexto a cidade de Campina Grande que apesar de possuir de acordo com o IBGE (2010), população em torno de 385.213 habitantes também tem presenciado mudanças significativas quanto ao número de crimes, o que tem repercutido em diversos setores da mídia e entre os habitantes da cidade. Apesar de ser caracterizada como cidade de porte médio, o município registrou em 2008 de acordo com o Mapa elaborado pelo Instituto uma taxa de 155 homicídios, já no ano de 2010, foram 218 crimes, resultando em uma taxa média de 48, 4 mortes por 100 mil habitantes, ocupando assim a posição 180º no ranking dos municípios brasileiros.

O Mapa do Instituto Sangari (2010), mostrou que a posição de Campina Grande com relação a homicídios de jovens foi em 10º lugar, ficando a frente de Vila Velha - ES (20º), Diadema – SP (27º), ambas, cidades com mesmo número aproximado de habitantes. O mapa também mostra que esta a frente de países como Costa Rica, com 4 milhões de habitantes e 16 homicídios, Japão, com 126 milhões de habitantes e 57 homicídios, Espanha, com 43,3 milhões de habitantes e 27 homicídios e Itália, com 58 milhões de habitantes e 31 homicídios.

A cidade de Campina Grande, apesar de interiorana, possui em seu histórico, retratos de uma cidade impulsionada para o desenvolvimento. Tornou-se um “espaço socioeconômico significativo no conjunto do Estado da Paraíba entre o final do século XIX e o começo do século XX, a partir, da redefinição do eixo dos transportes e a consolidação da matriz comercial- algodoeira” (OLIVEIRA, 2009, p. 12). Porém, durante o período do Estado Novo, a cidade passou a evidenciar a crise do ciclo regional agro- exportador, sua descapitalização, migração, regressão e estagnação.

A cidade foi se modificando e apresenta na atualidade um atrativo diário de pessoas advindas de outras regiões a fim de, utilizarem seus serviços especializados nas áreas de saúde, educação e comércio. Contudo, em seu contexto atual, observa-se uma dualidade: no mesmo momento em que vive um período econômico e um desenvolvimento favorável a atração de pessoas diariamente, o município tem apresentado elevado índice de violência, estabelecidos pelos Mapas do Instituto Sangari nos últimos anos. Comprovando o novo perfil do crime no Brasil, que compromete cidades interioranas em desenvolvimento.

De acordo com Santos (2011), tendo como referência o mapeamento da violência, pode-se constatar que houve um aumento significativo dos crimes de assaltos, homicídios e tráfico de drogas no Centro da cidade, bem como nos bairros de Bodocongó e Catolé. Tal fenômeno ao incidir sobre esses bairros demasiadamente pode favorecer não apenas a falta de vivência no bairro, mas, também nos espaços de uso e acesso coletivo.

O Centro da cidade se apresenta como uma das áreas com melhores equipamentos urbanos, possuindo especialmente, espaços públicos caracterizados como importantes pontos de acesso e lazer da cidade (Fotos 04 e 05). No entanto, conforme o resultado apontado, os indicadores de violência na cidade foram substancialmente elevados nesse bairro, o que acaba por refletir nos usos e nas territorialidades dos espaços públicos, haja vista que, não são excluídos da violência que assola os bairros os quais estão inseridos.

Fotos 04 e 05: Praças da Bandeira e Clementino Procópio



Na imagem (foto 04) pode-se observar a Praça da Bandeira, principalmente alguns dos pontos comerciais que funcionam neste espaço público.

Já na imagem (foto 05), na Praça Clementino Procópio, alguns pontos comerciais, a exemplo de lojas de livros usados e lanchonetes. Também é possível observar as paradas de ônibus (lado esquerdo) e ao lado direito da imagem, uma pequena galeria onde são comercializados produtos diversos.

FOTOS: SANTOS, SÂMARA. 2013.

Diante do aumento da violência na cidade, mesmo com o desenvolvimento que tem sido vivenciado nos últimos anos em Campina Grande, esses espaços de uso e acesso público passam a presenciar novas formas de práticas socioespaciais e socioterritoriais, transformando-os em espaços públicos degradados e excluídos do convívio dos moradores.

De acordo com as pesquisas anteriores, foi possível identificar que as práticas criminosas, especialmente aquelas ligadas ao furtos e roubos (pequena magnitude), tem interferido no uso desses espaços públicos, transformando – os em espaços territorializados pelo medo (em decorrência da presença constante de pessoas que atuam efetuando pequenos delitos), colocando em xeque o próprio conceito de público. O espaço público é aquele sem restrições de uso e acesso, todavia, a violência tem efetuado a criação de ambientes cada vez mais privados, uma vez que as práticas socioterritoriais de pequenos grupos passa a sobrepor as práticas socioespaciais dos usuários, tornando – os espaços delimitados pelo medo e insegurança.

Portanto, ante o contexto elucidado, questiona-se como a violência no Centro, que apresentou maiores índices na cidade durante o ano de 2010, tem influenciado no uso dos espaços públicos de Campina Grande, em especial a praça da Bandeira e a Praça Clementino Procópio, por se caracterizarem como importantes espaços históricos, de acesso e lazer situados no Centro da cidade.

Capítulo 03

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A praça como expressão das relações socioterritoriais

*“A praça! A praça é do povo
Como o céu é do condor
É o antro onde a liberdade
Cria águias em seu calor!”
(Castro Alves, 1864).*

O debate sobre o direito à cidade emerge, portanto, como um tema presente em diversas escalas da sociedade. No âmbito da gestão municipal, o planejamento reaparece como alternativa para se pensar o ordenamento territorial de forma a reduzir as consequências dos problemas anteriormente mencionados. No âmbito social, ONGs e setores da sociedade civil organizada passam a incluir a questão urbana como tema de redução das desigualdades sociais e promoção da qualidade de vida. Nesse contexto, os espaços públicos são evidenciados como ambientes no qual os interesses desses diferentes segmentos passam a convergir resultando em embates sobre o futuro desses ambientes e dos valores de uso e troca, conforme já evidenciado por Lefebvre (1999) e detalhado por Carlos (2004, p. 23).

“a reprodução capitalista, ultrapassando os limites da produção *stricto sensu*, integrou a cidade histórica e incorporou os espaços desocupados à troca, isto é, tornou os espaços intercambiáveis através do desenvolvimento do mercado do solo urbano”.

Essa realidade acaba ultrapassando os limites da cidade como um todo e passa a adentrar nos espaços públicos favorecendo a privatização de tudo aquilo que é contrário a “ordem” instaurada pelo mercado sob o aval do Estado-gestor. Logo, o espaço público passa a transitar entre o público e o privado, pois muitos espaços deixam de ter a conotação de “público” que seria o espaço destinado a liberdade de uso, porém transformam-se diante da lógica capitalista em espaços privados, com restrições e remodelações estruturais.

A esfera pública segundo o pensamento de Arendt (2007) na Grécia Antiga, a liberdade da palavra e da ação atrelada ao uso desses espaços públicos (Ágora na Pólis grega), uma vez que, nessa época, os espaços públicos serviam para o debate político, contribuindo no fortalecimento dos usos desses ambientes em decorrência da liberdade pública, de participação democrática. Diante desse quadro de referência, é necessário compreender que esses espaços públicos serviam como locais onde as trocas tanto materiais (compra e venda de mercadorias) quanto as relações sociais eram realizadas. Além disso, a Ágora era localizada na área central da Cidade-Estado grega e simbolizava a cultura e democracia.

Para Fischer e Moll (2000), que utilizam algumas das concepções de H. Arendt, o público corresponde ao espaço de uso comum uma vez que, por natureza, o mesmo deve ser compartilhado com os outros, não sendo assim, propriedade particular nem do Estado nem dos indivíduos, mas o ambiente

“onde os homens, através de seus procedimentos discursivos, da convivência com a pluralidade humana, (...) podem compartilhar a construção de um mundo comum, legitimado pelo reconhecimento público e intersubjetivo dos outros”. (FISCHER e MOLL, 2000, p. 41).

Nesse contexto, compreendemos o espaço público como o ambiente onde as relações, além de valorizarem a participação coletiva e igualitária, valorizam também o uso como elemento básico de apropriação espacial. Quando as relações se articulam de forma contrária a

isto (o individualismo coletivo ou não e as trocas em detrimento do uso), mesmo em ambientes públicos, os espaços deixam de ser públicos e passam a ser privados de ordem pública, ou semipúblicos, ou ainda espaços restritos de uso coletivo. Tais dualismos nos remetem à necessidade de ‘rompermos os grilhões’ que ao longo do tempo têm dificultado a real apreensão das demandas evidenciadas no processo de organização espacial, em especial no que diz respeito ao processo da estruturação representada pela atuação dos atores sociais (SOUZA JÚNIOR, 2008).

Para uma melhor compreensão dos argumentos apresentados, mencionaremos a praça, como exemplo, descrevendo o seguinte cotidiano hipotético: durante o dia várias pessoas utilizam-na como via de circulação; outras para negociar e outras como lazer. Já no período noturno, o uso desta passaria a ser feito prioritariamente por segmentos da sociedade que impõem novas territorialidades, a exemplo de traficantes; prostitutas, moradores de rua etc. Ao compreender a praça como espaço público se torna um “equivoco” na medida em que o uso da mesma acaba sendo condicionado por diversos fatores inerentes a diversas relações e interesses sociais. Para as pessoas que a utilizam como espaço de circulação (via de acesso), a praça, ou o que esta pode fornecer em termos de atratividade, é bem menos importante do que para outras pessoas que se habituaram a utilizá-la diariamente como lazer. Para pessoas que comercializam nesse espaço, o mesmo adquire um valor de troca, e não de uso uma vez que não se encontram preocupados (ou em condições) de utilizá-la como espaço de lazer.

Por sua vez, as profissionais do sexo, os traficantes e os moradores de rua, são inibidos a utilizarem a praça durante o dia, tanto pelo poder público como pela sociedade, de um modo geral. Já durante a noite, passam a condicionar às territorialidades de acesso a mesma, uma vez que a maioria das pessoas, seja por medo ou preconceito, deixam de frequentá-la neste período. No caso desses grupos se disporem ao uso desse espaço também durante o dia, passam a receber pressões bem mais significativas por parte de outros segmentos, especialmente no que se refere a disputa de poder pelo território.

Assim, embora esta praça tenha sido criada pelo poder público municipal, para fins de uso público e coletivo, esta acaba tendo o seu uso condicionado a um determinado segmento da sociedade, o qual é responsável pela criação de territorialidades voltadas para o condicionamento do uso da mesma. Dessa forma, embora na aparência seja de fato um espaço público, o mesmo passa a ser restrito ou privativo a alguns grupos que coordenam o uso e as territorialidades nesse espaço. Em outras palavras, não basta o ambiente ser compreendido como espaço público se as relações sociais não propiciam condições para o seu uso coletivo. Não é apenas a forma que dá o significado ao objeto, mas também a função do mesmo enquanto valor de uso. A grande dificuldade de tal constatação encontra-se relacionada ao fato de que isto ocorre simultaneamente, o que faz com que o real conceito de público e privado esteja direcionado as próprias intencionalidades, usos e relações sócioespaciais.

Um outro aspecto importante, diz respeito à questão da identidade criada com o ambiente. Nas últimas décadas, várias cidades vêm construindo ou restaurando espaços de uso público, como é o caso das áreas destinadas para festejos ou de espaços recuperados para o uso cultural e de lazer, a exemplo dos centros culturais e revitalizações dos centros históricos. Até mesmo estes espaços passam a ter a sua classificação de público colocada em xeque uma vez que não se tornam acessíveis a todos os segmentos sociais.

A expropriação temporal do uso dos espaços públicos por diversos segmentos sociais são igualmente reflexo de práticas territoriais prejudiciais tanto ao indivíduo como ao patrimônio, representadas através do discurso do medo e da sensação de insegurança.

Questões como a análise do processo de espoliação urbana, decorrente principalmente da luta por diversos segmentos da sociedade por melhoria nas condições de sobrevivência na cidade (KOWARICK, 2000), assim como as relacionadas ao próprio processo de segregação e fragmentação urbana, ficam difíceis de serem analisadas sem a observação das intencionalidades por parte dos sujeitos sociais responsáveis pela dinâmica espacial, especialmente no que diz respeito as práticas de produção e apropriação dos espaços públicos.

Diante disso a noção de público condiciona-se não apenas aos valores delegados ao espaço para suas finalidades de uso, mas as próprias condições de infraestrutura e reprodução de valores dados ao espaço, condicionando o seus usos por parte da sociedade. Tem-se, assim, a noção de público relacionada ao imaginário social cujo valor de uso e troca condiciona os momentos em que tais significados expressam a ambiência urbana por parte da população residente e, principalmente, da população que utilizam- no ou vivenciam temporalmente o cotidiano desses espaços.

O espaço público é, portanto, o lugar de reprodução de identidades e uso, acesso e circulação livre. Esse espaço público, conforme menciona Loboda (2008), é tão antigo quanto à cidade, sendo o espaço da identidade e do reconhecimento por meio de referenciais comuns, que proporcionam a identificação, o diálogo e principalmente, a ação da coletividade. Entretanto, o ideal moderno baseado no urbanismo, tem transformado o espaço público, não acarretando sua “morte”, mas sua reconfiguração, aproximando- o em alguns casos da esfera privada e reconfigurando a sua existência enquanto facilitador de acesso livre para a sociedade como um todo.

A própria fragmentação da cidade, passou a adentrar inclusive em espaços de uso e acesso coletivo, criando espaços homogeneizados destinados a determinados grupos da sociedade civil. Conforme observado no exemplo anterior acerca dos múltiplos uso da praça na promoção de territorialidades simultâneas, e no espaço público onde existem as trocas de práticas socioterritoriais entre os indivíduos e onde podem se fomentar práticas socioespaciais com maior intensidade.

Todavia, esse espaço público que é importante elemento no contexto urbano, passou a ser palco de novas ações e interferências que acabam afastando a real conotação de espaço destinado ao lazer e acesso livre. Ao mesmo tempo apresenta-se como um importante reduto das estratégias governamentais de promoção a saúde e assistencialismo social (Fotos 06, 07 e 08).

Fotos 06, 07 e 08: Realização de um movimento grevista e uma ação social na Praça da Bandeira.

Representantes da ADUFCG realizando um protesto a favor de melhores condições de trabalho na Praça da Bandeira (Foto 06).
Na imagem (Fotos 07 e 08) realização de trabalho da Secretaria de Saúde de Campina Grande.

FOTO 06: ADUFCG. Disponível em:
<<http://www.adufcg.org.br>> Acesso em 18 de julho de 2013.

FOTO 07: Jornal Paraíba Agora. Disponível em:
<<http://www.paraibaagora.com>> 18 de julho de 2013

FOTO 08: SANTOS, Sâmara, 2013.



06



07



08

Outra perspectiva quanto a produção de espaços públicos corresponde ao fato de que na atualidade o mesmo aparece como resultado da fragmentação do espaço urbano associado ao poder territorial que emana de alguns segmentos da sociedade. Assim, surgem novos produtos urbanísticos privados chamados de pseudo- públicos ou semi- públicos (shopping centers, galerias etc).

“A realidade hoje nos impõe grandes questionamentos para a abordagem do espaço público. A consolidação de novos produtos imobiliários – loteamentos fechados, shopping centers, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos – questionam o significado do espaço público. Os novos espaços

“públicos” – realmente semipúblicos ou pseudopúblicos – são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais “clean” e, em último termo, negando-a.” (SOBARZO, 2006, p. 95)

Esse novo ideal moderno tem transformado o espaço público e colocado a dominação privada, através de ações políticas do poder público e elites na produção dos espaços segundo estruturas lógicas mercadológicas. Em meio ao dilema dos vários problemas evidenciados nesses espaços urbanos, a violência surge como mais um fenômeno complexo, que atenua as diferenças na cidade como um todo, pois, apesar de afetar uma parcela do solo urbano, passa a interferir no uso e reprodução de práticas socioespaciais e socioterritoriais dos indivíduos, distanciando a cidade e a produção da identidade urbana.

Por outro lado, a esfera privada passou a delinear cada vez mais o espaço público. O privado tende a destituir coisas essenciais a vida, como o conhecer e integrar socialmente os outros a convivência, ou seja “a privação da privatividade, que reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse” (ARENDT, 2007, p. 33). Logo, a esfera pública contemporânea tem sido cada vez mais caracterizada como privada na sociedade atual, principalmente em decorrência do mercado territorial. Com os entraves provocados pela violência nesses ambientes, a população passou a sentir-se acuada ante as diferenças evidenciadas e a violência constatada.

Além da criação de locais fechados destinados a determinados tipos de grupos, os espaços abertos da cidade são cercados de segurança e arcabouços que atenuam o afastamento do restante dos habitantes. Não que a violência seja um fator importante para medidas punitivas nos espaços públicos da cidade, porém o que deve existir são medidas preventivas que assegurem a segurança e o lazer, a identidade, vivência e experiência com o espaço.

Segundo Pedrazzini (2006), o mundo globalizado traz um novo paradigma urbano – a fragmentação. Os espaços públicos tendem à privatização ou demolição para atender às exigências de segurança. Desse modo, surgem espaços “seguros” que distanciam o inimigo aparente, que em geral são os jovens da periferia, a estes, restam às ruas abandonadas pelas pessoas de bem. Desse modo, o círculo da segurança se fecha.

O urbanismo do medo tem modificado também as práticas de consumo, trazendo o global para a esfera local, através de projetos homogêneos cercados de segurança. Logo, apresentam-se para a sociedade como espaços do desejo, sendo indicadores de modernização para aqueles que podem possuir e usufruir de seus objetos.

O que aparentemente seguro e favorável para alguns habitantes da cidade, traz no obscuro das decisões, o caos e a desordem para os demais, fato este que influencia no distanciamento entre as intencionalidades (e valores) de uso dos espaços públicos da cidade. Conforme Pedrazzini (2006, p. 118), o desaparecimento dos espaços públicos em benefício dos espaços “semipúblicos” protegidos, como os shoppings, responde igualmente a uma exigência

popular. A degradação material dos espaços públicos, atribuída a atos de vandalismo, leva os usuários a depreciarem esses locais de sociabilidade.

A segregação urbana deixou de ser exclusiva dos bairros e passou a adentrar nesses espaços. Os projetos arquitetônicos fomentam a dualidade quanto à acessibilidade e uso. De acordo com Pedrazzini (2006, p. 121), “o urbanismo do medo ocasiona uma radicalização dramática dos processos de segregação espacial”, resultando em uma nova fragmentação planejada dos territórios segundo o grau de segurança.

“Determinados espaços públicos, aparentemente se apresentam para turistas como locais tranquilos e que não detêm perigos. No entanto, algumas observações podem evidenciar que a possibilidade de ocorrer algum crime no local é existente. Muitos locais não detêm usuários e passantes, o que favorece na indicação desses lugares como “inseguros”, enquanto outros gozam de uma péssima reputação na cidade. Outra constatação provém dos horários e dias em que estes são mais freqüentados, bem como a forma como os usuários se distribuem no espaço” (SERPA, 2011, p. 104).

Desse modo, percebe-se um duplo fator quanto ao uso dos espaços públicos na atualidade, apesar dos mesmos apresentarem aparências visíveis que não possuem perigo. Por outro lado pode-se constatar que muitos moradores deixaram de possuir sentimentos de identidade com relação a estes espaços, como também exercer a livre circulação e uso.

4.1 - As praças públicas em Campina Grande: Do contexto histórico as territorialidades atuais.

Campina Grande possui em seu histórico representações importantes de uma cidade que sempre demonstrou potencial para o desenvolvimento no estado da Paraíba, apesar de ser interiorana. Com a crise do ciclo do algodão, a cidade passa a atuar no setor industrial, o que acarretou em transformações importantes (DINIZ, 2009), especialmente com formação de duas zonas industriais nas décadas de 1940 e 60, ambas localizadas em eixos rodoviários, próximo ao Açude Velho e outra no Açude de Bodocongó, cruzando a cidade. Com isso começou a ocorrer os primeiros sinais de descentralização de algumas de suas atividades econômicas e a formação dos primeiros traços da urbanização motivada a partir do capitalismo.

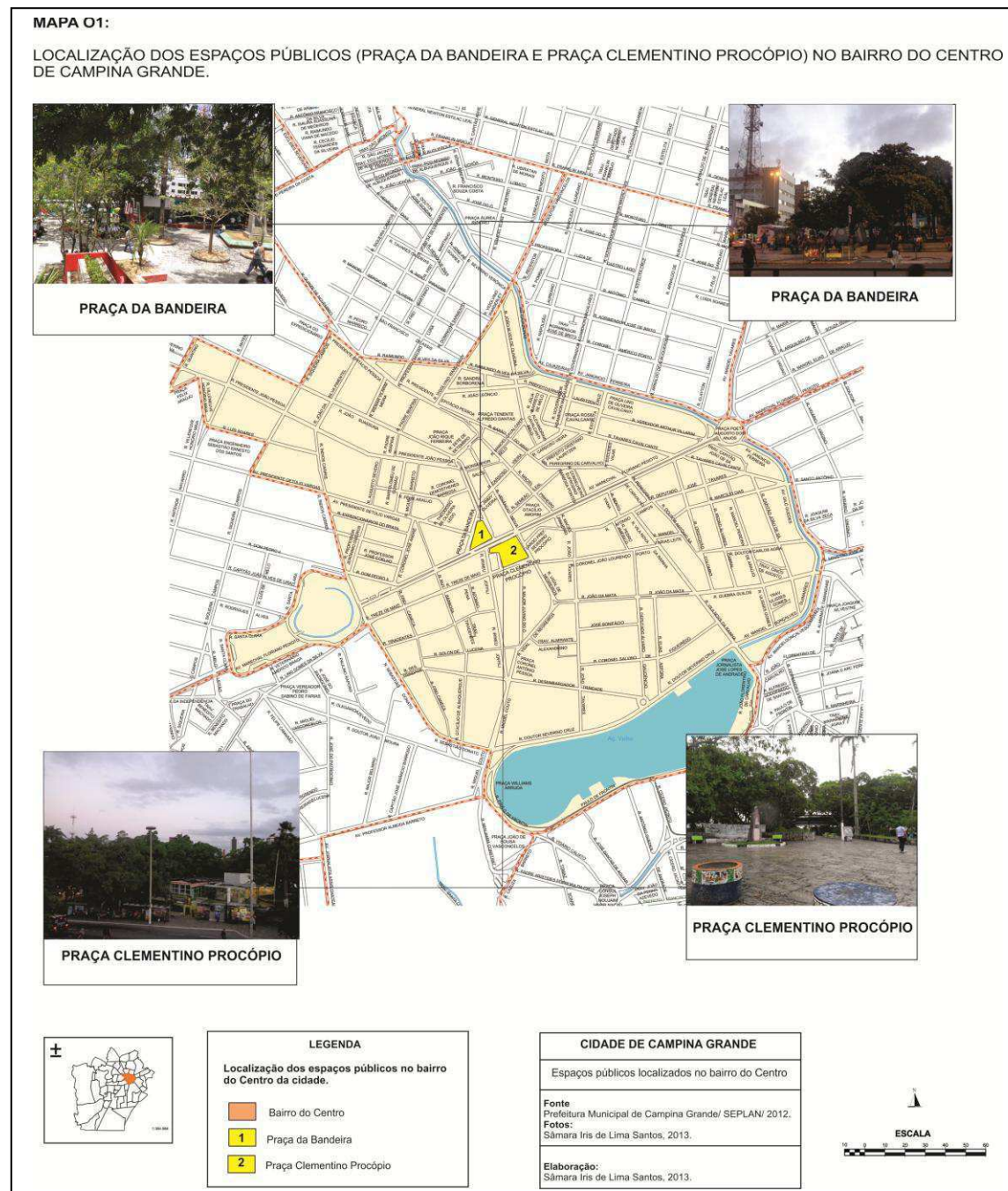
Toda a atração que à cidade demonstrava favoreceu a necessidade de redefinição do seu espaço urbano. Nesse período a gestão política, começou a realizar reconfigurações urbanísticas na cidade, baseando-se em obras de mudanças de outras regiões no país. Começou a demolir e reconstruir lugares da cidade, ampliando ruas e erguendo novos produtos urbanísticos, a exemplo de parques e praças. Com o crescimento, a cidade passou também a presenciar migrações intraregionais constantes, que culminaram em problemas urbanos presentes no cotidiano atual.

Durante a década de 30, a cidade de Campina Grande possuía poucos locais de divertimento, fato que levou a gestão a fomentar uma grande obra na cidade de embelezamento e modernidade, baseando-se em outras cidades do país. Neste contexto, foi construída a Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio (MAPA 01), ambas com o objetivo de servir àqueles que se dirigiam ao centro, bem como do cinema Capitólio, tornando-se espaço de lazer para os habitantes e embelezamento da área central da cidade.

A Praça Clementino Procópio cresceu com o intuito de fortalecer no Centro da cidade as áreas verdes, tendo em vista que nessa área se concentravam muitas indústrias, além do comércio que já movimentava a cidade. Assim, tornava-se um espaço distante do convívio dos habitantes, especialmente as elites locais da época. Não existiam espaços verdes que pudessem fornecer as relações de troca e contemplação na cidade.

Portanto, em meados de 1935 na administração de Bento Figueiredo foi demolida a antiga cadeia pública da cidade (Foto 09) para a construção dos primeiros traçados da Praça Clementino Procópio. Na gestão do prefeito Vergniaud Wanderley, durante a década de 1940 (durante a reforma urbana), houve o prolongamento da praça, no tamanho atual que se vê atualmente. Essa configuração só foi possível com a demolição da empresa de Força e Luz, que se localizava ao lado (JUNIOR, J; LIRA, A. 2012).

MAPA 01: Localização dos espaços públicos da Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira no bairro do Centro de Campina Grande.



Autoria: SANTOS, Sâmara. 2013.

Desse modo, a Praça Clementino Procópio passa a se constituir espaço importante para o fomento de práticas socioespaciais da época, bem como ajudando a fortalecer os laços de identidade dos habitantes com a cidade. De acordo com Junior e Lira (2012) a construção da praça e seus objetos arquitetônicos, trouxe o bom gosto para a área. Além disso, houve também a construção de espelhos d'água, ao qual batizaram de Largo da Luz (FOTO 10 e 11).

Fotos 09, 10 e 11: Modificações na Praça Clementino Procópio no período de sua construção.



09



10



11

Antiga cadeia pública da cidade de Campina Grande (Foto 8), demolida por volta dos anos de 1935 para a construção da Praça Clementino Procópio (Foto 9). Na imagem abaixo, pode-se observar os primeiros traçados da Praça, incluindo o espelho d'água ao fundo. Também é possível notar como a área ficou arborizada, trazendo o aspecto de “verde” para o Centro da cidade. É perceptível a preocupação de relacionar a praça como ambiente público de promoção do lazer. Na Figura 10 é possível se observar uma mudança gradual na relação da praça como ambiente de lazer na medida em que se observam as edificações sendo criadas em seus arredores.

FOTO 09: JUNIOR, J; LIRA, A. 2012.

FOTOS 10 e 11: SEPLAN, 2012.

Continuando o processo de melhoramento das áreas verdes no Centro da cidade e a estruturação urbanística moderna, houve a modificação da Praça da Bandeira, chamada até a década de 1930 em Praça do Rosário. Diante das modificações nas gestões municipais, a Praça da Bandeira, passou a ser mudada continuamente, inclusive devido a posição que possuía. Porém, apesar das modificações a Praça da Bandeira, não deixou de exercer sua função ao longo do tempo de espaço público destinado também ao acesso ao transporte público.

Na Praça da Bandeira até a década de 1950, existia uma parada de ônibus central (Figura 02), terminal de transporte público (Autoviária Rainha da Borborema), além disso, havia tráfego de veículos pelo interior da Praça (JUNIOR, J; LIRA, A. 2012).

A Praça da Bandeira sempre foi palco importante de manifestações ocorridas na cidade (Figura 03), sendo símbolo da luta dos campinenses ao longo dos diversos movimentos ocorridos no país também. Segundo Junior e Lira (2012), durante a gestão do prefeito Ronaldo Cunha Lima, durante a década de 1980, foi erguida uma tribuna chamada de “Diretas já”. No local, também existe uma estatua do presidente Juscelino Kubistchek, em homenagem a construção da adutora de Boqueirão (Foto 12). Nos anos de 1980, a Praça da Bandeira recebe os últimos recortes que formam a sua feição arquitetônica atual.

Figuras 02 e 03: Manifestações populares na Praça da Bandeira

Foto 12: Permanência de símbolos políticos na Praça da Bandeira



Na imagem (figura 02), observa-se as paradas de ônibus já presentes no entorno da Praça. Os movimentos políticos sempre estiveram presentes neste espaço público, nota-se a partir da imagem que o monumento em homenagem as “Diretas Já”, estava construído (figura 03). Na imagem (foto 11), logo a esquerda, observam-se que os símbolos políticos ainda encontram-se presentes nesses espaços públicos.

FIGURA 02 e 03: JUNIOR, J; LIRA, A. 2012.

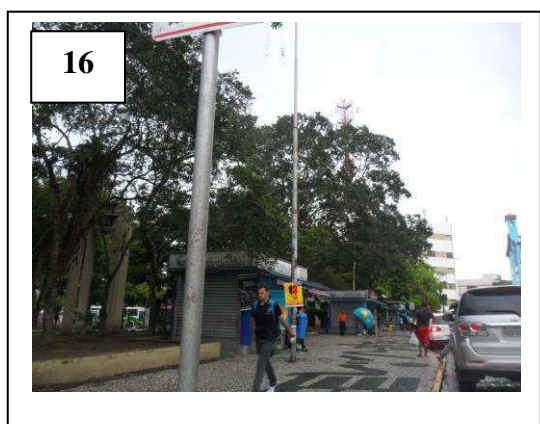
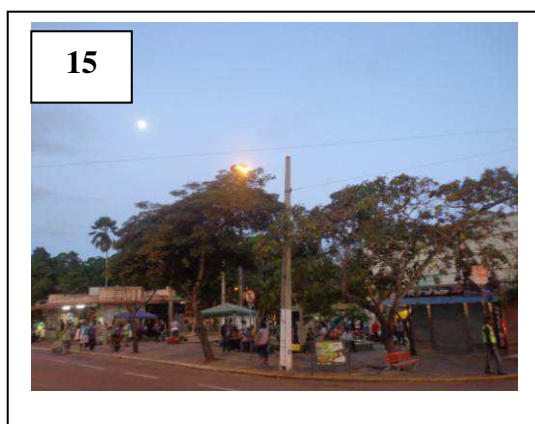
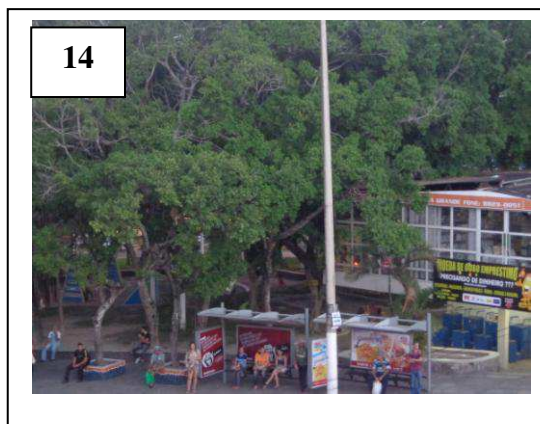
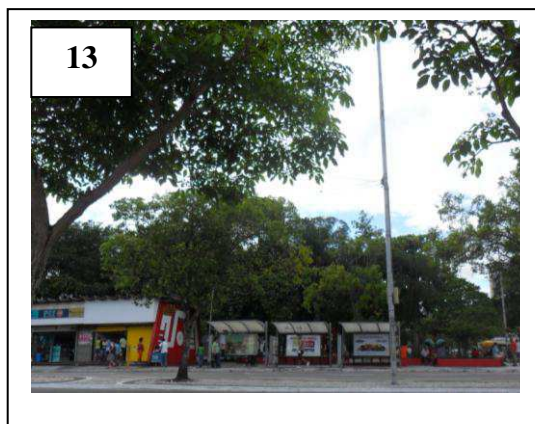
FOTO 12: SANTOS, SÂMARA. 2013.

Se por um lado estes espaços públicos representaram importantes marcos na construção histórica de Campina Grande. Por outro lado, apresentam-se como espaços complexos na atualidade, especialmente com o aumento da violência e insegurança que tem assolado o cotidiano dos moradores.

De acordo com pesquisas anteriores (SANTOS, 2011, 2012), foi possível perceber que as duas praças, ainda exercem influência no espaço urbano da cidade, tanto por serem espaços de acesso às paradas de ônibus (Fotos 13 e 14), como também por deter de alguns

empreendimentos comerciais (Fotos 15 e 16), que colaboram nas práticas socioterritoriais presentes.

Fotos 13, 14, 15 e 16: Empreendimentos comerciais e serviços públicos de transporte coletivos presentes nas praças Clementino Procópio e Praça da Bandeira



Nas fotos (13 e 14) é possível observar a localização das paradas de ônibus que integram várias linhas de ônibus da cidade. Muitas práticas socioterritoriais acabam sendo propagadas devido a isso.

Nas fotos 15 e 16, é possível observar estabelecimentos comerciais que funcionam nas praças. Na foto à esquerda pode-se identificar vários ambulantes que foram retirados nos anos de 2013 do Calçadão e relocados para a frente do antigo Cine Capitólio. Já na imagem à direita, observa-se algumas bancas de revistas localizadas na Praça da Bandeira.

FOTOS: SANTOS, SÂMARA. 2013.

O fenômeno da violência tem favorecido para que esses espaços passem a presenciar novas práticas socioterritoriais. Contudo, ainda existem as resistências das práticas socioterritoriais de pequenos estabelecimentos comerciais formais e informais o que colabora no fomento das práticas socioespaciais dos cidadãos.

Apesar disso, a relação das praças enquanto espaços públicos, passa a ser colocada em xeque no imaginário social, devido ao aumento de pequenos delitos, especialmente motivados pelo consumo e tráfico de drogas na Praça da Bandeira e Clementino Procópio. As praças como objetos de uso e acesso coletivo também para lazer, começam a se tornar paulativamente

espaços privados em detrimento da criminalidade que assola esses espaços, em alguns horários e dias.

Assim, esses espaços públicos que serviam como local para promoção de identidades, conforme menciona Junior e Lira (2012, p. 96) “são tempos que não voltam mais, em que se prezava o passeio matinal, sossegado e elegante, com a praça cumprindo o legítimo papel de praça”, tornam-se degradados e distantes do convívio dos habitantes. A violência deixa assim, de atingir apenas a escala dos bairros da cidade de Campina Grande, adentrando na função de público inerente as Praças Clementino Procópio e Praça da Bandeira.

Capítulo 04

**AS RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NAS PRAÇAS DA BANDEIRA E
CLEMENTINO PROCÓPIO: Uma análise a partir das práticas de violência.**

*A lua já não é mais dos namorados
Os velhos já não curtem mais as praças
E quem se aventura pode ser a última
E quem se habilita pode ser o fim
(Edson Gomes - Criminalidade)*

A análise da interferência da violência na reprodução de práticas socioespaciais e socioterritoriais em praças (Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira) localizadas no Centro da cidade tem como referência os resultados obtidos em pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) realizada nos anos de 2010 e 2011.

De acordo com Santos (2010; 2011) esses dois espaços públicos são locais onde o fenômeno da violência tem influenciado no desuso, por propiciarem os sentimentos de medo e insegurança, dados obtidos a partir da identificação da posição do Centro da cidade no que se refere as ocorrências de crimes como homicídios e tráfico de drogas associada a realização de entrevistas com pessoas que vivem o cotidiano desses espaços.

Com base nas pesquisas e sua efetiva comprovação neste estudo, foi possível identificar que Campina Grande, apesar de ser uma cidade de porte médio, tem presenciado fenômenos alarmantes de violência, não apenas nos dados estatísticos, mas através da sensação que esse fenômeno tem propiciado nos moradores, deixando de ser exclusivo dos bairros, passando a adentrar nos espaços de uso e acesso público, tornando-os espaços cada vez mais distantes do convívio dos habitantes.

No que se refere aos Dados Oficiais dos homicídios e tráfico de drogas dos últimos anos da cidade, foi possível perceber que o Centro, continua a ocupar posições destacadas (SANTOS 2010; 2011).

Apesar de constituir-se de um bairro importante e dinâmica no contexto urbano da cidade, como também, integrar espaços de lazer e uso importantes, sabe-se que a violência tanto material como imaterial, gerada por sentimentos de repulsa, tem influenciado na dinâmica espacial. Assim, a partir dos dados referentes aos quatro últimos anos (2008- 2011) dos homicídios na cidade, o bairro do Centro foi destacado em posições importantes (Tabela 02) no índice de criminalidade.

Tabela 2 - Relação das ocorrências de homicídios nos anos de 2008 – 2011.

Bairros no ano de 2008	Registros de Homicídios	Bairros no ano de 2009	Registros de Homicídios	Bairros no ano de 2010	Registros de Homicídios	Bairros no ano de 2011	Registros de Homicídios
Centro	11	Pedregal	19	Bodocongó	18	Pedregal	14
Pedregal	10	José Pinheiro	14	Centro	12	José Pinheiro	11
Cidades	06	Glória	07	Catolé	12	Centro	10
Malvinas	05	Bodocongó	07	Multirão	10	Catolé	07
Catolé	05	Malvinas	06	José Pinheiro	11	Ramadinha I	06
Jeremias	05	Araxá	06	Pedregal	08	Glória	06
Conceição	04	Monte Santo	06	Catingueira	08	Nova Brasília	05
Monte Santo	04	Jeremias	05	Dinamérica	07	Monte Castelo	07
José Pinheiro	04	S. José da Mata	04	Monte Santo	06	Multirão	07
Três Irmãs	03	Ramadinha II	04	Jeremias	06	Malvinas	06
Monte Castelo	03	Centro	04	Malvinas	05	Monte Santo	04
Santa Rosa	03	Catolé	04	Ramadinha II	04	Santa Rosa	04

Tabela elaborada com base nos Dados Oficiais obtidos junto a 2ª Delegacia de Polícia Civil de Campina Grande, dos homicídios ocorridos do período de 2008 a 2011.

Autoria: Santos, 2012.

Desse modo, pode-se comprovar que apenas no ano de 2009 o bairro do Centro não obteve posições importantes em índices de homicídios. Neste sentido, existem posições que comprometem a realidade do imaginário social, pois muitas pessoas acreditam que são nos bairros periféricos onde existe a maior vulnerabilidade e incidência de crimes e isso só aconteceu no ano de 2011, onde o Pedregal e o José Pinheiro, foram citados. No entanto, em três anos foi possível perceber que o Centro de Campina Grande, mesmo possuindo espaços com equipamentos urbanos importantes, também presencia altos índices de crimes deste tipo.

Com relação ao Tráfico de drogas (Tabela 3) nos anos de 2010 e 2011, existe o destaque novamente desse bairro em posições alarmantes, ficando apenas atrás do bairro José Pinheiro.

Tabela 03 - Relação das ocorrências do Tráfico de drogas nos anos de 2010 e 2011.

Bairros no ano de 2010	Registros de Homicídios	Bairros no ano de 2011	Registros de Homicídios
José Pinheiro	17	José Pinheiro	14
Centro	12	Centro	11
Pres. Do Serrotão	7	Pres. Do Serrotão	10
Santa Rosa	7	Catolé	09
Estação Velha	7	Monte Santo	07
Liberdade	6	Malvinas	06
Bodocongó	6	Bodocongó	06
Santo Antônio	4	Santa Rosa	06
Pedregal	4	Estação Velha	06
Conceição	4	Santo Antônio	05
Malvinas	3	Novo Horizonte	04
Catolé	3	Pedregal	04

Tabela elaborada com base nos Dados Oficiais obtidos junto a 2ª Delegacia de Polícia Civil de Campina Grande, do Tráfico de drogas no período de 2010 a 2011.

Autoria: Santos, 2012.

Nestes dois anos (2010 e 2011) existe novamente o destaque do Centro da cidade em posições alarmantes. Desse modo, a ocorrência de criminalidade com relação ao Tráfico de drogas e Homicídios ainda é uma constante. O fato também evidenciou a tendência observada em pesquisa anterior sobre o mapeamento da violência urbana, que citou o Centro em posições alarmantes, inclusive no que se refere aos assaltos (Dados obtidos na Hemeroteca e questionários aplicados junto a população).

Portanto, apesar de não serem descritos os Dados Oficiais dos assaltos, pois estes, não são mensurados pelos órgãos oficiais de segurança pública da cidade, devido a alta quantidade de ocorrências, apesar disso, nota-se que a violência tem sido incidente neste bairro, mantendo-se sempre nos primeiros lugares das maiores ocorrências por ano. Assim, a reprodução do medo começa a ser delineado, uma vez que, a população acaba sentindo o reflexo dos dados, que são divulgados também pela própria mídia televisiva e impressa da cidade.

Logo, baseando-se nos estudos a partir dos Dados Oficiais e das pesquisas anteriores (SANTOS, 2011, 2012), foram selecionados dois espaços públicos (Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira) importantes para o contexto urbano do bairro do Centro da cidade (Fotos 17 e 18). Assim, houve a necessidade de se realizar uma entrevista com grupo focal, a fim de analisar o discurso dos sujeitos que vivenciam esses espaços. Portanto, a entrevista foi realizada com representantes de diversos segmentos da sociedade civil (comércio, segurança pública, usuários e instituição religiosa), para obter a análise da interferência da violência urbana na redefinição das práticas socioespaciais e socioterritoriais nestas duas praças públicas localizadas no Centro da cidade.

Fotos 17 e 18: Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira



Na imagem (foto 17), pode – se observar a Praça Clementino Procópio. A Praça da Bandeira localiza- se a direita (foto 18).
FOTOS, SANTOS, SÂMARA. 2013

Ao serem interrogados sobre a memória da cidade de Campina Grande diante do que vivenciaram em suas experiências com a cidade, os entrevistados mantiveram um raciocínio homogêneo, relatando que antigamente existia a facilidade de acesso e o medo não era um fenômeno tão comum, se concentrando apenas em alguns bairros, principalmente aqueles periféricos. Porém, na atualidade existe na concepção dos entrevistados, uma disseminação da violência, que tem interferido em todas as camadas da sociedade e em diversos ambientes do espaço urbano. Isto pode ser observado em uma das falas dos entrevistados:

“Antes a cidade era muito tranquila, era calma! não havia isso de violência! Andava até meia noite nos bairros, saía das fábricas tranquilamente a pé, de bicicleta, encontrava assim uma pessoa... Não tinha esse escândalo” (Fonte: entrevista com grupo focal realizada no dia 10 de julho de 2013).

A cidade também tem de acordo com os entrevistados, entrado na lógica econômica, porém a custos altos. Promovendo por um lado o desenvolvimento, mas sem conseguir delinear parâmetros de planejamento adequados, deixando assim, de levar em consideração os valores sociais no crescimento do espaço urbano.

Coforme observado na análise do discurso dos sujeitos, a cidade tem presenciado o fenômeno da violência com maior intensidade nos últimos anos. A violência segundo um dos entrevistados é entendida como: “um contexto mais amplo que o furto etc. É a própria pobreza e necessidade”. Porém essa violência tem sua criação a partir de resultados complexos, não apenas a falta de policiamento, mas a falta de investimentos na estrutura espacial, que não tem sido

efetuada pelo poder público. Segundo um entrevistado “o governo tem sido assistencialista... e não tem reforçado a base social”.

Desse modo, a violência é compreendida como um fenômeno que deriva de um conjunto maior de problemas, apesar dos diversos programas de ajuda para a sociedade. O fato é que tais programas têm sido insuficientes, sendo necessárias contribuições nas áreas educacionais, na aplicação das leis e etc, para que haja realmente um controle qualitativo e não apenas punitivo para diminuir esse fenômeno, que tem se tornado comum a vários espaços brasileiros, inclusive em cidades pequenas.

Ao serem arguidos sobre a memória dos espaços públicos em Campina Grande, houve a homogeneidade nas respostas. Logo existem as lembranças de que antes os espaços públicos da cidade possuíam maior fluxo de pessoas e que eram usados sem tanto medo, notava-se a presença de pessoas de diversas idades e em vários horários, conforme palavras de um dos entrevistados:

“eu era frequentador dos espaços públicos, eu ia nessas praças para encontrar amigos... A gente marcava na Praça Clementino Procópio, depois ia para a Praça da Bandeira. Então assim, raramente você via alguma coisa ligada a violência... A violência era uma questão muito pontual, muito mais ligada a questões de brigas entre amigos etc”.

(Fonte: entrevista com grupo focal realizada no dia 10 de julho de 2013).

Quando indagados sobre uso dos espaços públicos na atualidade, os entrevistados comentaram que a cidade tem reproduzindo ambientes cada vez mais privados, para parcelas da sociedade. Para os mesmos, a tecnologia associada ao fenômeno da violência, tem colocado em xeque a própria função dos espaços públicos, a exemplo das duas praças, como ponto de encontro e reprodução de identidades. Com a “virtualidade” no uso dos espaços, a violência tem se tornado mais crescente, apresentado-se como um fator de afastamento das práticas socioespaciais.

A reprodução de espaços públicos em Campina Grande (Clementino Procópio e Praça da Bandeira) tem apontado para o que alguns autores relatam sobre a transformação do espaço público na atualidade em detrimento do mercado territorial, não promovendo sua efetiva “morte”, mas sua “reconfiguração”. Esse fenômeno também está associado como desenvolvimento tecnológico, com o uso maciço dos meios de comunicação, que tem penetrado as diversas camadas populares.

De acordo com as palavras de um dos entrevistados: “os jovens marcam hoje encontros no shopping, até porque lá tem todos os serviços que precisam”. Assim, é perceptível que a violência também acaba reproduzindo o afastamento de determinadas camadas da sociedade, a exemplo dos jovens, para a “fuga dos ambientes públicos”, distanciando os indivíduos na produção de identidades com os espaços de uso e acesso coletivo, promovendo sua degradação tanto material como imaterial.

Os entrevistados relataram que ainda existem espaços públicos que podem ser utilizados na cidade, sem tantas restrições de medo (Parque da Criança e Parque do Povo). Porém, as praças centrais tem se tornado espaços cada vez mais “privados”, tanto pela presença de práticas socioterritoriais daqueles que comentem os delitos, como as novas condutas socioespaciais dos habitantes em dar preferência aos ambientes fechados e dotados de segurança para as práticas de lazer. Conforme um dos entrevistados:

“Eu diria até que, esse espaço público hoje, pode ser interpretado para esses marginais como um espaço privado. A gente ia para a praça e usufruía de tudo que tinha na praça, hoje não! O “cara” pega aquilo ali e diz: é meu espaço! Eu vou fazer o que eu quero! E você já não se sente bem, porque se tornou um espaço dele... Eu acho assim, ele interpreta aquilo como se fosse um espaço só dele e você já tá invadindo. E o conceito de praça é um espaço público de todas as pessoas... Hoje não, você tem grupos que vão lá para fazer determinadas coisas e não permitem que outros cidadãos cheguem lá”.

(Fonte: entrevista com grupo focal realizada no dia 10 de julho de 2013).

O fenômeno da violência na Praça da Bandeira e Clementino Procópio é mais incidente com crimes de menor amplitude, segundo um dos entrevistados: “A questão dos furtos, mais furtos que roubos... São furtos de celulares, batidinhas de carteira”. Com base nas informações obtidas, existe, no contexto de apropriação da praça como espaço de uso público, a presença de jovens sem “compromisso”, que ao se territorializarem provocam o distanciamento e a reprodução do medo. Esses jovens, através do comércio e uso ilegal de drogas, acabam também cometendo esses delitos, desse modo, por serem espaços abertos, o medo acaba sendo uma constante.

De acordo com um dos entrevistados:

A gente já chegou a contar uns 20 trombadinhas circulando, andando no comércio, inclusive não é só homem como mulher também... E a gente não pode reclamar, porque eles encaram a gente, perguntando o que houve e já responde com olhar de violência.

(Fonte: entrevista com grupo focal realizada no dia 10 de julho de 2013).

Existe o entendimento na concepção dos entrevistados que o espaço público transmite o que acontece na cidade. É nesse espaço que os fenômenos, como a violência tornam-se mais visíveis. Quando a violência tende a interferir nas praças, é possível visualizar a depredação, isto porque esses espaços passam também a não receber mais a presença dos habitantes, servindo de escopo para o fomento de crimes, incluindo aqueles contra o patrimônio público. Com isso são acentuados os sentimentos de descompromisso social em manter os espaços de uso e acesso públicos.

De acordo com os entrevistados a violência tende a afastar as pessoas de vivenciar as praças. Assim, a não vivência se torna resultado e favorece o aumento da sensação de medo, gerada pelo não uso, conforme já observado anteriormente. Segundo a entrevista, foi possível perceber que ainda existem práticas socioespaciais de comércios e ambulantes com maior

intensidade na Praça da Bandeira fato que favorece ainda o uso em determinados horários, principalmente com relação ao acesso das paradas de ônibus.

Por outro lado, a violência tem sido mais perceptível, na Praça Clementino Procópio. Um dos entrevistados relatou que:

“Na Praça Clementino Procópio o povo passa pelas ruas... Depois de certas horas você não tem condição de passar ali não! Vejo as pessoas avisando umas as outras, que tenham cuidado nas paradas de ônibus, com o celular”.
(Fonte: entrevista com grupo focal realizada no dia 10 de julho de 2013).

Outro entrevistado relatou: “A Clementino Procópio não é mais segura como antes. Tanto que a gente evita passar lá! Assim, a partir do final da tarde!” Portanto, compreende-se que a presença de pessoas a fim de cometer delitos na Clementino Procópio tem transformado seu uso a partir de determinados horários, devido aos sentimentos de insegurança. Antes de acordo com os entrevistados existia o Cine Capitólio que contribuía para o uso mais intenso do espaço, porém agora: “Você pensa 2 ou 3 vezes, inclusive a noite! Esse fato que não funciona mais abre espaço para outro... Esse ambiente se fecha, abre espaço para outra situação... Tem um ambiente hoje assim, mais conturbado” (FOTOS 19, 20 e 21)

Fotos 19, 20 e 21: Representação das práticas socioterritoriais que persistem nos espaços públicos.

Na imagem (foto 19) ao fundo, nota-se a presença de ambulantes na Praça da Bandeira. Logo, na foto 20, próximo as paradas de ônibus, existem a presença de jovens consumindo drogas ilícitas. Na Praça Clementino Procópio (foto 20), observa-se a depredação do patrimônio público através de pichações.

FOTOS: SANTOS, SÂMARA. 2013.



19



21



20

Outro fator importante apontado foi a relação da mídia no aumento da sensação de insegurança, contribuindo consequentemente no distanciamento dos habitantes no uso desses

espaços. Segundo o discurso dos entrevistados a sociedade deveria se unir com o comércio e a segurança pública para a diminuição dos índices de violência, através de um trabalho mútuo que leve em consideração também as questões de origem social desses grupos que tendem a afetar através dos crimes as praças do Centro da cidade.

Além disso, a presença da polícia torna-se imprescindível nesses ambientes para que haja uma diminuição nesses pequenos delitos. Um dos entrevistados relatou que: “A presença de uma viatura inibe muito a ação do bandido. Se ela ficasse nas praças, circulando”. Desse modo, a concepção dos entrevistados é de que a sociedade civil em conjunto com os diferentes segmentos, deveriam atuar na busca por melhorias nesses espaços, pois encontram-se cada vez mais, entregues ao abandono em decorrência do medo de vivencia-los.

Ao serem questionados sobre como observam a Praça da Bandeira e a Clementino Procópio daqui a alguns anos, os entrevistados relataram que se na houverem medidas preventivas, esses locais deixarão de ter sua função dentro da cidade, de espaços destinados ao lazer e uso, apenas para se tornarem espaços de passagem. Segundo um dos entrevistados: “Se nada for feito o espaço público vai deixar de existir, simplesmente serão lugares de passagem. Devem tomar medidas o mais rápido possível. Tem de haver um planejamento”.

Portanto, a partir da entrevista foi possível analisar que o fenômeno da violência tem se disseminado no espaço urbano de Campina Grande, adentrado nos espaços de uso e acesso público. Apesar de a cidade possuir porte médio e encontrar-se em processo de desenvolvimento, inclusive educacional, esta tem sido insuficiente para diminuir as questões relativas aos resultados provocados pela violência.

As praças públicas (Clementino Procópio e Praça da Bandeira) tem sido alvo da crescente onda de violência que também tem assolado o restante do país. Logo, foi possível identificar que ainda existem práticas socioespaciais e socioterritoriais nesses dois espaços públicos, porém em determinados horários e dias, especialmente a Praça Clementino Procópio.

Na Praça da Bandeira, a sensação de insegurança é menor do que evidenciada na Clementino Procópio uma vez que existem ali vários comércios formais e informais atuando no espaço, como também a localização de paradas de ônibus, ajudando a concentrar em alguns momentos, habitantes da cidade a fim de utilizar esses serviços. Por outro lado, na Praça Clementino Procópio, a realidade de depredação e distanciamento por parte dos moradores tem sido mais incidente, uma vez que, esse espaço tem se tornado local de consumo de drogas ilícitas e parada de pessoas a fim de dormirem em alguns trechos, transmitindo assim, para a população, sentimentos de insegurança ao circular nessa praça.

O futuro dos espaços públicos acaba sendo colocado em xeque, uma vez que a crescente construção de espaços semi-públicos na cidade (condomínios, shoppings e galerias), se tornaram a fuga de uso por parte dos habitantes que temem andar livremente nas praças, devido as sensações que a violência constrói no imaginário social. Além disso, as praças

passaram também a se tornarem em alguns momentos “espaços privados” diante das práticas socioterritoriais de grupos que efetuam pequenos delitos.

Consequentemente, a violência no espaço urbano de Campina Grande, embora representada na atuação de delitos de menor amplitude contra a vida, tem se tornado fator crucial para a perda da identidade com os espaços públicos. Antes tanto na Praça da Bandeira como na Praça Clementino Procópio, existiam práticas socioespaciais de maior intensidade, entretanto, com o aumento dos crimes no Centro da cidade e a presença de grupos de marginais, a construção dos sentimentos de medo e insegurança passaram a favorecer o distanciamento quanto ao uso e fomento de práticas socioespaciais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das etapas realizadas durante a pesquisa, bem como os resultados obtidos em pesquisas anteriores sobre a violência na cidade, foi possível identificar que a violência tem sido entendida como um fenômeno comum, presente não apenas nos bairros da cidade, como também nos espaços públicos.

Conforme foi identificado no discurso dos entrevistados e a partir dos Dados Oficiais, o bairro do Centro de Campina Grande tem presenciado um aumento significativo de crimes. Nas Praças Clementino Procópio e Praça da Bandeira, o tráfico de drogas tem se tornado principal motor no reordenamento das práticas socioespaciais dos habitantes. Isso porque, existe na concepção dos cidadãos que o tráfico e consumo ilegal de drogas, tem aumentado os delitos de maior magnitude (pequenos roubos), acarretando assim, o medo em andar livremente.

Conforme a análise feita, estes espaços tem sido alvo, mesmo que involuntariamente, da mudança de suas reais funções ao terem seus limites sendo paulatinamente privados de uso deixando, assim, de ser público para se transformar em espaços de uso restrito.

Diante do quadro de referência apresentado ao longo dessa pesquisa, observa-se que o crescimento de espaços semi- públicos acaba sendo a saída para o lazer e acesso livre, diante do medo e insegurança vivenciado pelos moradores, especialmente no que se refere a realidade socioespacial da Praça Clementino Procópio por se constitui como espaço em que a presença do medo tem imperado com maior intensidade, isso tem acarretado no distanciamento quanto ao convívio exercido pelos habitantes de Campina Grande. Por outro lado, a Praça da Bandeira, produz no imaginário ainda sentimentos de segurança, devido o comércio existente (comercio formal e informal) ao longo do dia. Porém a presença de jovens efetuando pequenos delitos no local, também tem produzido a falta de vivencia nesse espaço, em determinados horários e dias.

Desse modo, pode- se constatar que de fato, a violência tem reproduzido o medo entre os moradores, afastando – os quanto ao uso sem restrições desses dois espaços públicos do Centro da cidade. A degradação material e imaterial dessas praças, tem reproduzido novas práticas socioespaciais e socioterritoriais, acarretando no não fornecimento das mesmas como ambientes sustentáveis em Campina Grande.

Finalmente, fica o desafio para identificar quem são, de fato, os sujeitos sociais responsáveis por esta sensação de insegurança no uso dos espaços públicos. Tal reflexão se apresenta como eixo norteador para uma próxima etapa de investigação a ser desenvolvida em um Programa de Pós-graduação. Por ora, finalizamos identificando que as relações socioterritoriais nas praças da Bandeira e Clementino Procópio, envoltas ao aumento da sensação de insegurança urbana, representam uma redução do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8ª ed. 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 113p.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2002.
- BASSUL, José Roberto. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade. **Revista EURE**, Santiago, v.28, n.84, Set. 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. ática, 2000. 556p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.
- CORREA, Roberto Lobato. **Espaço: Um conceito- chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de. et al (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 15- 48.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011. 144p.
- DINIZ, Linconl. **Permanências e transformações do pequeno comércio na cidade: as bodegas e a sua dinâmica sócio- espacial em Campina Grande**. Campina Grande: EDUFCEG, 2009. 120p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 6, p. 14- 34. Jan/ Jun. 2005.
- FISCHER, Nilton B.; MOLL, Jaqueline. (Org.) **Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 2000. 168p.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: Projetos e relatórios**. 2ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2004. 295p.
- GALEFFI, Dante et al. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas**. Salvador: EDUFBA, 2009. 174 p.
- HAESBERT, Rogério. Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade. **Revista Geographia**, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19- 45. 2007.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000. 144p
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 03 jun. 2013.
- JUNIOR, Lacerda; LIRA, Agostinho Nunes. **Retratos de Campina Grande: Um século em imagens urbanas**. Campina Grande: UFCG, 2012. 552p.

- LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 135p.
- LOBODA, Carlos. Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR. 2008. 334f (tese de doutorado), UNESP, Presidente Prudente.
- MINAYO, Maria C.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 239-262, jul/set, 1993.
- MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 2001.
- TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e cidade: violência urbana e a Escola de Chicago**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- MINAYO, Maria C. S.; TORRES, José J. M. Visão complexa para uma forma complexa de agir. **Revista Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, 1(1), p. 12-20. 2013.
- OLIVEIRA, Roberto Veras. (Org). **Campina Grande em debate: A condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande: EDUEP, 2009. 213p.
- PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Tradução Giselle Unti. Petrópolis, 2006. 188p.
- POUPART, J. ET AL. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana C. Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. 135p.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2000. 141p.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 120 p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 232 p.
- SANTOS, Sâmara I. L. **Mapeamento da violência urbana em Campina Grande- PB: Tendências e Desafios em busca da cidade sustentável**. Cidades Sustentáveis: Livro das pesquisas premiadas. Brasília: Prêmio Jovem Cientista, 2011, v. 25, p. 189 – 213.
- SANTOS; Samara Iris de Lima. A interferência da violência urbana na redução do uso dos espaços públicos em Campina Grande –PB. UFCG, 2012 (relatório).
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. 200p.
- SERPA, Angêlo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **Revista Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19. 2006.
- SOUZA, José Marcelo Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de. et al (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 77- 113.
- SOUZA, Júnior. A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa- PB. 2008. 341 f. (tese de doutorado), UNESP, Presidente Prudente.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 199p.

SPÓSITO, Eliseu. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea**. Revista Terra Livre, São Paulo, v.1, n.16, p. 99- 112. 2001.

TORRES, Martins. **Teoria da complexidade**: uma nova visão de mundo para a estratégia. In: I Encontro Brasileiro de Estudos da Complexidade, Curitiba. Anais eletrônicos, Curitiba: PUC/PR, 2005. Disponível em: < [http://www.facape.br/ruth/adm-filosofia/Texto_5 - Teoria da Complexidade e Estrat.pdf](http://www.facape.br/ruth/adm-filosofia/Texto_5_-_Teoria_da_Complexidade_e_Estrat.pdf) >. Acesso em: 22 mai. 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WAISELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: MJ/MS: RITLA/ Instituto Sangari, 2008

WAISELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: MJ/MS: RITLA/ Instituto Sangari, 2010.

WAISELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: MJ/MS: RITLA/ Instituto Sangari, 2012.

WATANABE, Thaís. C.; SOARES, Alexandre G. T. de. Informação e formação no pensamento de Descartes: Crítica e alternativa à filosofia e à educação escolástica. **Revista Horizonte Científico**, Uberlândia, v.5, n. 2. 2011.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

UNIDADE ACADÊMICA E GEOGRAFIA

Curso de Geografia

Pesquisadora: Sâmara Iris de Lima Santos

Título da pesquisa: A interferência da violência no uso e na reprodução de práticas socioterritoriais em espaços públicos de Campina Grande –PB.

Orientador: Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior.

Declaro a quem interessar que as informações contidas nessa entrevista serão de uso exclusivo para o trabalho de conclusão do curso de licenciatura em geografia da Universidade Federal de Campina Grande.

Sâmara Santos

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Comentário da pesquisa:

O roteiro da entrevista foi submetido e aprovado pelo CEP (Comitê de ética em Pesquisas da UFCG) e seguirá os princípios do acordo firmado através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme orientações do CEP. Tópicos-Guia:

- 1- Fale sobre Campina Grande a partir da memória de vivência na cidade.
- 2- A produção da cidade e o direito ao uso: comente a partir de sua experiência;
- 3- Que relatos você poderia fornecer quando o assunto é violência e espaço público?
- 4- Espaços públicos de Campina Grande: qual a sua percepção a partir das práticas cotidianas;
- 5- Comente sobre a relação espaço público, segurança e identidade urbana;
- 6- Relate como você observa a cidade de Campina Grande daqui a 20 anos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Modelo padrão

ESTUDO: A interferência da violência no uso e na reprodução de práticas socioterritoriais em espaços públicos de Campina Grande – PB.

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa de Conclusão de Curso que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____, profissão _____, residente e domiciliado na _____, portador da cédula de identidade (RG) _____, e inscrito no CPF/MF _____, nascido(a) em ____/____/____, abaixo assinado (a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo “**A interferência da violência no uso e na reprodução de práticas socioterritoriais em espaços públicos de Campina Grande – PB.**”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) Estou ciente que o estudo tem finalidade acadêmica e busca analisar a percepção dos usuários de espaços públicos no centro da cidade de Campina Grande no que se refere a questão da sensação de insegurança nos mesmos decorrente da prática de violência;
- II) A participação neste projeto não tem objetivo de denegrir minha imagem sendo o destino das informações por mim fornecidas utilizados para fins acadêmicos como publicações e apresentações em eventos científicos;
- III) Estou ciente do procedimento metodológico adotado nesta pesquisa e, em caso de dúvidas quanto a finalidade do mesmo, tenho todo o direito e autonomia de não aceitar autorizar o uso das informações fornecidas;
- IV) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- V) A desistência não causará nenhum prejuízo à minha saúde ou bem estar físico;
- VI) Os resultados obtidos durante este ensaio serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados

em atividades científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados, exceto quando for por mim devidamente autorizado;

VII) Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa através do arquivo digital fornecido pelo pesquisador.

Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

VIII) Autorizo o uso de gravador na condição do áudio não ser utilizado para outras finalidades que não seja acadêmica, exceto quando o pesquisador solicitar a minha aprovação pessoal;

IX) Com relação a captura de imagem através de filmadora ou outro instrumento similar:

Não autorizo

Autorizo na condição de que o material não seja de domínio público;

Autorizo sem restrições

X) Com relação a captura de imagem através de máquina fotográfica ou outro instrumento similar:

Não autorizo

Autorizo na condição de que o material utilizado seja normatizado segundo as orientações da ABNT e que não exista indicação do meu nome, excerto quando for por mim devidamente permitido;

Autorizo sem restrições

XI Caso me sinta prejudicado (a) por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao CEP/HUAC, do Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos do Hospital Universitário Alcides Carneiro, ao Conselho Regional de Medicina da Paraíba e a Delegacia Regional de Campina Grande.

Campina Grande, de de 2012

Sujeito pesquisado:.....

	TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
NOME		
RG		
TELEFONE		

Responsável pelo Projeto: _____
Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior, Matrícula SIAPE 1770425
Universidade Federal de Campina Grande
Unidade Acadêmica de Geografia
Rua Aprígio Veloso, 882, Cidade Universitária
Campina Grande-PB, 58429-140

Telefone para contato: 83. 21011277/ xtojunio@yahoo.com.br

